

MINISTÉRIO DAS  
CIDADESGOVERNO DO  
BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Durante o exercício de 2025, a TRENSURB priorizou ações de recuperação, reconstrução e manutenção dos diversos sistemas operacionais atingidos pela enchente de 2024. Com isso, foi possível assegurar a retomada dos serviços em toda a extensão da linha, estações, dias e horários, contribuindo para a qualidade da mobilidade urbana no Eixo Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Este trabalho levou em consideração a necessidade de implementação de estruturas e sistemas que sejam resilientes a novas catástrofes climáticas, objetivando mitigar riscos futuros e fortalecer a sustentabilidade operacional. Paralelamente, todos os sistemas restabelecidos ganharam atualização tecnológica e exigiram a reconfiguração de processos internos, ações que qualificaram a experiência de viagem de milhares de cidadãos e cidadãs que necessitam do serviço de transporte sobre trilhos oferecido pela TRENSURB, assegurando mais segurança, conforto e respeito.

Os desafios postos ao setor de transporte público de passageiros, tanto no âmbito nacional, quanto regional, seguem presentes. A elevação dos custos operacionais, de manutenção e de insumos, que se refletem na elevação das tarifas a patamares impróprios, inibe a população trabalhadora a utilizar o serviço, obrigando os gestores públicos a destinarem cada vez mais recursos ao subsídio dos sistemas para evitar o seu colapso. Soma-se a esta situação, a lenta recuperação no número de passageiros transportados após a pandemia (2020) que, acrescida da catástrofe climática de 2024 no Estado, agravou ainda mais este quadro de estagnação. Por outro lado, a desintegração institucional entre os agentes públicos responsáveis pela organização do transporte de passageiros na RMPA, resulta na incapacidade de estruturar um sistema integrado multimodal, o que também contribui para a elevação das tarifas e redução de passageiros, inviabilizando a sustentabilidade econômica do sistema. Esta situação atinge diretamente a TRENSURB, visto que, ano a ano, o número de passageiros que utilizam a integração trem-ônibus vem caindo. Esses fatores reforçam a necessidade de aprimoramento contínuo da eficiência operacional, da diversificação de fontes de receitas e a busca de arranjos institucionais que busquem o equilíbrio econômico-financeiro da operação da empresa.

Neste contexto, a TRENSURB manteve foco permanente nas necessidades de seus usuários, cujo perfil é majoritariamente composto por mulheres (53,9%), idade de 20 a 49 anos (68,5%), trabalhadores da iniciativa privada (44,2%) e com renda individual predominantemente de até dois salários mínimos, ou R\$ 3.036,00 (68%), evidenciando o importante papel social que a empresa cumpre. Como resultado, a percepção dos usuários em relação à sua satisfação com os serviços oferecidos alcançou o índice de 87,5%, superando o índice de 2024 de 85,1%, sendo que impressionantes 97,4% dos usuários recomendam o serviço.

No cenário global, observa-se o fortalecimento das agendas ambiental, social e de governança (ESG), que influenciam diretamente a atuação das organizações públicas. A incorporação desses princípios à estratégia da TRENSURB reforça o compromisso da empresa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), alinhados às diretrizes internacionais de desenvolvimento sustentável. A título de exemplo, somente em 2025, a TRENSURB contabilizou pouco mais de R\$ 90 milhões em externalidades positivas à sociedade, ou seja, na economia com a redução do número de acidentes no trânsito, com a redução na emissão de gases de efeito estufa e no ganho de tempo em viagens.

Em outra frente, a TRENSURB recebeu o Prêmio Nacional de Transparência Ativa, reconhecimento por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), quanto ao grau de transparência das informações disponibilizadas pela empresa em seus canais de informação, em especial aqueles presentes em seu portal na internet.

Enfim, a TRENSURB reafirmou seu compromisso com a prestação de um serviço público essencial, pautado pela busca permanente de eficiência, transparência e responsabilidade social, ambiental e institucional.

Diretor-Presidente

## PERFIL DA EMPRESA

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB é uma empresa pública vinculada ao Ministério das Cidades do Governo Federal. Sua composição acionária é formada majoritariamente pela União (99,914%), com participação do Estado do Rio Grande do Sul (0,0662%) e do Município de Porto Alegre (0,0194%).

Criada em 17 de abril de 1980, pelo Decreto nº 84.640, a TRENSURB foi instituída com o propósito de implantar e operar o sistema metroviário no Eixo Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Em março de 1985, iniciou sua operação comercial, conectando Porto Alegre a Sapucaia do Sul, um marco histórico para a mobilidade urbana da região.

Em dezembro de 1997, celebramos a inauguração da Estação Unisinos, situada na cidade de São Leopoldo, em novembro de 2000, ampliamos nossa presença nesse município ao inaugurar a Estação São Leopoldo. Iniciando sua operação com a frota de 25 Trens Unidade Elétrica intitulados Série 100, em 2012 adquiriu 15 novos TUEs, Série 200, que marcou uma etapa crucial de modernização, elevando os padrões de eficiência e conforto. Estes trens representam não apenas um avanço tecnológico, mas também um compromisso com a sustentabilidade, evidenciado pelo menor gasto energético e pelos recursos inovadores incorporados.

Como pioneiros da inovação tecnológica na mobilidade urbana, a TRENSURB introduziu, em 2012, o sistema Aeromóvel, um transporte automatizado em via elevada. Esse projeto, desenvolvido com tecnologia nacional, não apenas conecta nossa linha metroferroviária ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, mas também demonstra nossa busca incessante por soluções inovadoras e sustentáveis.

A conclusão do mais recente projeto de expansão ocorreu em maio de 2014, constituindo um marco significativo. Nessa fase, iniciamos a operação comercial de três novas estações no município de Novo Hamburgo: Estação Industrial, Fenac e Novo Hamburgo. Esse esforço de expansão não apenas fortaleceu nossa presença na região, mas também demonstrou nosso compromisso contínuo em atender às crescentes necessidades de mobilidade da comunidade.

A TRENSURB possui seus atos de gestão vinculados ao Ministério das Cidades. Porém, nos últimos anos, a empresa tem enfrentado desafios significativos decorrentes de alterações regulatórias e estruturais. Em 2019, o Decreto nº 9.998 qualificou a TRENSURB no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (PPI) e a incluiu no Programa Nacional de Desestatização (PND). Simultaneamente, o Decreto nº 10.006, de 5 de setembro de 2019 transferiu sua vinculação administrativa para o Ministério da Economia da época, sendo hoje essa vinculação ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Essas alterações, embora com a intenção de promover eficiência e sinergia, também trouxeram desafios, que por vezes resultam em morosidade na administração do negócio.

A TRENSURB reconhece a importância da comunicação aberta e transparente. Por meio de seu site institucional, disponibiliza informações relevantes, relatórios e dados de interesse público, atendendo aos requisitos de transparência e promovendo o acesso da sociedade às suas ações. Além disso, mantém diversos canais de comunicação para interagir com usuários e demais partes interessadas, fortalecendo a proximidade e o entendimento mútuo.

Mais informações sobre a empresa, suas atividades e publicações institucionais podem ser consultadas em: [www.trensurb.gov.br](http://www.trensurb.gov.br)

## MODELO DE NEGÓCIO

A TRENSURB, ao longo da sua história, consolidou-se como uma empresa de transporte de passageiros indutora de desenvolvimento social e econômico. Introduziu e motivou mudanças nos hábitos da população, alterando consideravelmente a realidade dos municípios, isto porque, sua implantação envolveu a instalação do sistema metroviário, bem como a readequação da malha viária, saneamento, iluminação pública, segurança de pedestres e outras obras complementares.

A empresa é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e por seu Estatuto Social próprio, que poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação. Isso assegura o atendimento às necessidades essenciais de deslocamento da população, em alinhamento com os princípios constitucionais.

Para cumprir sua missão, a empresa está organizada em cinco grandes áreas: Operação, Manutenção, Administração, Expansão e Comercial.

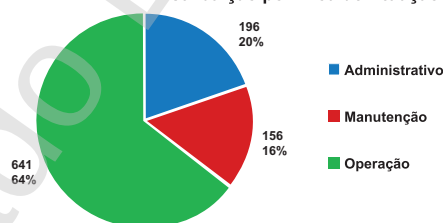
A gestão da operação, processo principal da Empresa, busca assegurar a eficiência operacional primando pela qualidade da manutenção dos trens, conservação das estações e os elevados níveis de confiabilidade que é um dos diferenciais do sistema na Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA.

A força de trabalho da TRENSURB é regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, tendo o quadro de pessoal definido e aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, por meio da Portaria nº 13, de 7 de junho de 2019.

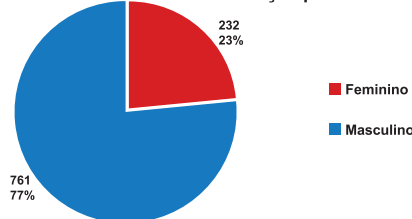
O quadro de pessoal é composto por empregados ativos que representam a real força de trabalho da empresa e empregados afastados por diversas situações que acarretam a suspensão temporária do contrato de trabalho, a exemplo de licenças não remuneradas, auxílio-doença, entre outras.

Em dezembro de 2025, a TRENSURB apresentou em seu quadro de pessoal um efetivo de 993 empregados, distribuídos por área de atuação, gênero, raça, escolaridade, faixa etária e faixa salarial, conforme a seguir:

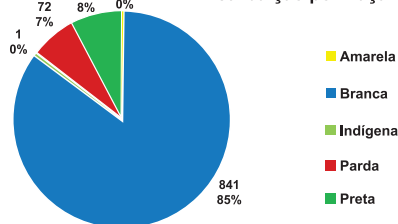
Distribuição por Área de Atuação



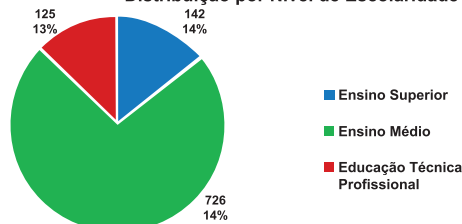
Distribuição por Gênero



Distribuição por Raça



Distribuição por Nível de Escolaridade



Continua

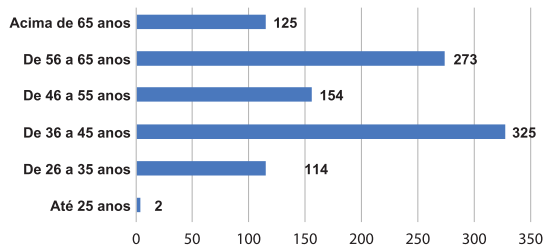
Continuação



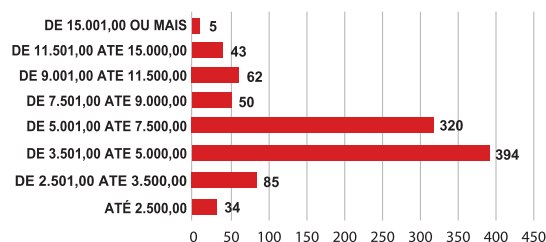
MINISTÉRIO DAS  
CIDADES

GOVERNO DO  
BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

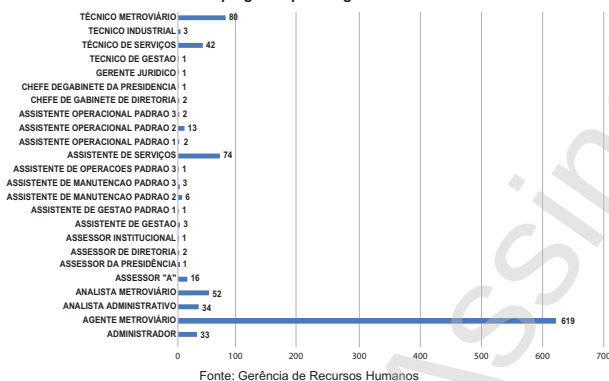
### Empregados por Faixa Etária



### Empregados por Faixa Salarial



### Empregados por Cargo



Fonte: Gerência de Recursos Humanos

Em complemento as informações acima, demonstra-se abaixo as informações sobre a participação feminina na empresa.

#### a) Participação feminina nos diferentes níveis hierárquicos



#### b) Quantidade de mulheres que ocupam cargos na Alta Administração

| CARGO DE ADMINISTRAÇÃO          | 2024            |                       |               | 2025            |                       |               |
|---------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|-----------------|-----------------------|---------------|
|                                 | Total de Cargos | Ocupados por Mulheres | % de Mulheres | Total de Cargos | Ocupados por Mulheres | % de Mulheres |
| DIRETORIA                       | 2               | 0                     | 0,00%         | 2               | 0                     | 0,00%         |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO       | 6               | 3                     | 50,00%        | 6               | 4                     | 66,67%        |
| CONSELHO FISCAL                 | 4               | 1                     | 25,00%        | 3               | 1                     | 33,33%        |
| COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO | 2               | 0                     | 0,00%         | 3               | 1                     | 33,33%        |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>14</b>       | <b>4</b>              | <b>28,57%</b> | <b>14</b>       | <b>6</b>              | <b>42,86%</b> |

#### c) Demonstrativo de remuneração por sexo e cargo

| Cargo                               | Remuneração Básica  | Remuneração Variável | Remuneração Eventual |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Feminino</b>                     | <b>1.561.223,13</b> | <b>206.106,59</b>    | <b>557.593,62</b>    |
| ADMINISTRADOR                       | 179.427,63          | -                    | 21.569,73            |
| AGENTE METROVIÁRIO                  | 738.153,51          | 179.829,65           | 321.620,30           |
| ANALISTA ADMINISTRATIVO             | 188.785,15          | 3.165,41             | 59.459,74            |
| ANALISTA METROVIÁRIO                | 57.558,48           | 1.372,80             | 39.538,53            |
| ASSESSOR "A"                        | 30.310,13           | -                    | 3.506,99             |
| ASSISTENTE DE SERVIÇOS              | 99.480,54           | 2.402,58             | 9.471,59             |
| ASSISTENTE OPERACIONAL PADRAO 2     | 16.744,28           | 3.070,92             | 305,12               |
| CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA    | 16.650,38           | -                    | 4.440,11             |
| MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 13.482,15           | -                    | -                    |
| MEMBRO DO CONSELHO FISCAL           | 3.039,43            | -                    | -                    |
| TÉCNICO DE SERVIÇOS                 | 181.582,20          | 7.478,48             | 78.425,49            |
| TÉCNICO METROVIÁRIO                 | 36.009,25           | 8.786,75             | 19.256,02            |
| <b>Masculino</b>                    | <b>6.136.425,87</b> | <b>1.584.576,63</b>  | <b>2.769.184,50</b>  |
| ADMINISTRADOR                       | 249.559,79          | 2.284,81             | 72.207,77            |
| AGENTE METROVIÁRIO                  | 3.047.771,52        | 1.117.214,97         | 1.500.653,90         |
| ANALISTA ADMINISTRATIVO             | 191.423,35          | 2.588,17             | 66.400,81            |
| ANALISTA METROVIÁRIO                | 783.687,93          | 29.837,56            | 423.851,19           |
| ASSESSOR "A"                        | 70.934,12           | -                    | 15.870,95            |
| ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA             | 10.183,13           | -                    | -                    |
| ASSESSOR DE DIRETORIA               | 20.366,26           | -                    | 3.054,94             |
| ASSESSOR INSTITUCIONAL              | 12.116,21           | -                    | -                    |
| ASSISTENTE DE GESTÃO                | 16.144,45           | -                    | 23,86                |
| ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO PADRAO 2   | 29.672,00           | 15.064,98            | 8.677,70             |
| ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO PADRAO 3   | 32.350,85           | 23.864,59            | 4.469,15             |
| ASSISTENTE DE OPERAÇÕES PADRAO 3    | 10.741,31           | 3.380,49             | 18.598,18            |
| ASSISTENTE DE SERVIÇOS              | 584.863,48          | 164.704,56           | 286.362,82           |
| ASSISTENTE OPERACIONAL PADRAO 1     | 3.977,28            | 901,11               | 1.438,57             |
| ASSISTENTE OPERACIONAL PADRAO 2     | 100.924,74          | 23.736,38            | 39.903,82            |
| ASSISTENTE OPERACIONAL PADRAO 3     | 17.909,14           | 4.757,15             | 7.915,53             |
| CHEFE DE GABINETE DE DIRETORIA      | 28.450,80           | -                    | -                    |
| DIRETOR DE OPERAÇÕES                | 27.462,54           | -                    | -                    |
| DIRETOR PRESIDENTE                  | 31.581,65           | -                    | -                    |
| GERENTE JURÍDICO                    | 19.582,10           | -                    | 11.893,33            |
| MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 11.767,15           | -                    | -                    |
| MEMBRO DO CONSELHO FISCAL           | 6.078,86            | -                    | -                    |
| TÉCNICO DE GESTÃO                   | 7.684,78            | -                    | 66,17                |
| TÉCNICO DE SERVIÇOS                 | 115.205,37          | 2.507,86             | 37.360,73            |
| TÉCNICO INDUSTRIAL                  | 38.759,80           | 6.797,93             | 12.599,66            |
| TÉCNICO METROVIÁRIO                 | 727.248,26          | 186.936,07           | 257.835,42           |
| <b>Total Geral</b>                  | <b>7.757.649,00</b> | <b>1.790.683,22</b>  | <b>3.326.778,12</b>  |

#### d) Evolução comparativa dos indicadores de equidade de gênero de 2024 x 2025

| Indicador                      | 2024   | 2025   | Varição |
|--------------------------------|--------|--------|---------|
| % de mulheres no quadro total  | 23,46% | 23,36% | -0,41%  |
| % de mulheres na administração | 28,57% | 42,86% | 50,00%  |

No decorrer do ano, as ações de capacitação promovidas pela empresa resultaram em 2.138 participações em treinamentos (presenciais e virtuais), o que representa a cobertura de 45% do quadro de empregados ativos e conselheiros.

Embora o volume de participações tenha sido superior em 2024, a redução observada em 2025 justifica-se pela limitação do contingente na área operacional. Essa restrição de pessoal impôs desafios ao deslocamento de empregados para atividades de desenvolvimento sem comprometer a continuidade e a segurança dos serviços essenciais.

A avaliação de desempenho na TRENSURB segue as diretrizes do Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários (PCEFS). Para que um empregado seja elegível à promoção por merecimento, o plano exige o cumprimento de requisitos rigorosos:

- Interstício mínimo de 730 dias desde a última movimentação;
- Resultado favorável na avaliação de desempenho do ciclo anterior;
- Conformidade com os limites financeiros estabelecidos pela Resolução CGPAR nº 52/2024.

Em 2025, o processo de avaliação foi devidamente concluído. Contudo, a efetivação das movimentações e os respectivos pagamentos aguardam a disponibilidade de recursos orçamentários.

A segurança do trabalho é um pilar estratégico na TRENSURB, fundamentada em normas técnicas e na busca contínua pela eliminação de riscos ocupacionais. Nossas ações preventivas englobam:

- Análise detalhada de processos e métodos de trabalho para identificação de riscos;
- Execução rigorosa de programas de prevenção de acidentes;
- Treinamentos, inspeções e auditorias constantes.

O êxito dessa gestão reflete-se nos indicadores de 2025, um encerrado com índice zero (0) de frequência e gravidade de acidentes de trabalho, reafirmando o compromisso da empresa com a integridade física e mental de seu corpo funcional.

As receitas da TRENSURB são compostas por receita operacional, financeira, comercial e outras fontes, sendo complementadas por aportes do Governo Federal para cobrir o total de despesas da empresa.

Possuímos integração física e tarifária com linhas de ônibus urbanos e interurbanos que atendem a RMPA possibilitando maior integração com o modal rodoviário nas vias laterais às estações e facilitando os deslocamentos dos nossos usuários até seus destinos e possibilitando maior acesso ao transporte para os cidadãos.

Após 26 anos de atuação, em janeiro de 2011, o metrô gaúcho ultrapassou a marca de um bilhão de passageiros transportados e, acumula a marca de 1,6 bilhão de passageiros até dezembro de 2025.

#### ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da TRENSURB é composta por instâncias de liderança, estratégia e controle, organizadas de forma a assegurar a transparência, a integridade e a eficiência da gestão. O modelo de governança está alinhado às diretrizes do planejamento estratégico e às boas práticas aplicáveis às empresas estatais.

A governança é exercida por meio da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, além de comitês estatutários e unidades organizacionais responsáveis por auditoria interna, gestão de riscos, conformidade, corregedoria e ouvidoria.

A empresa adota políticas e instrumentos normativos que orientam a conduta ética, a integridade e a transparência, incluindo o Estatuto Social, o Código de Conduta, políticas corporativas e regulamentos internos. Dentre eles destacamos:

- » Código de Conduta, Integridade e Ética: explicita os valores e princípios que fundamentam a conduta pessoal e profissional dos agentes públicos que atuam na empresa;
- » Regimentos Internos: disciplinam a constituição, a organização e o funcionamento da empresa e dos colegiados estatutários, a saber: (a) Conselho de Administração; (b) Diretoria Executiva; (c) Conselho Fiscal; (d) Comitê de Auditoria; e (e) Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;
- » Política de Divulgação de Informações Relevantes: orienta a conduta e transparência na divulgação de informações relevantes;

Continua

Continuação

MINISTÉRIO DAS  
CIDADESGOVERNO DO  
BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

- » Política de Transações com Partes Relacionadas: estabelece regras e procedimentos aplicáveis na ocorrência de transações entre partes relacionadas, de forma transparente e em conformidade com os dispositivos legais;
- » Política de Porta-Vozes: estabelece diretrizes que assegurem o alinhamento institucional da atuação dos representantes da empresa em pronunciamentos e entrevistas junto aos meios de comunicação;
- » Política de Distribuição de Dividendos: define as regras e os procedimentos relativos à Política de Dividendos;
- » Política Corporativa de Gestão de Riscos Corporativos: tem a finalidade de instituir a Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC e estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento dos riscos corporativos e à gestão da continuidade dos negócios e promoção do tema ESG (ambiental, social e governança);
- » Política de Governança Corporativa: estabelece diretrizes para a promoção da governança corporativa que contribuam para o alcance dos objetivos organizacionais, o aprimoramento contínuo das suas práticas de governança e gestão, o fortalecimento da imagem institucional e da confiança junto às partes interessadas;
- » Política de Controles Internos e Conformidade: tem a finalidade de definir as diretrizes para assegurar o efetivo gerenciamento de conformidade e as regras de controles internos de modo a buscar a aderência das medidas voltadas à realização dos objetivos institucionais da Empresa, bem como aumentar a probabilidade de que tais objetivos sejam alcançados de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica;
- » Política de Gestão de Pessoas: instrumento direcionador da gestão do capital humano, as pessoas, componente fundamental para que a organização atinja seus objetivos de maneira eficiente e integrada;
- » Política Ambiental: tem a finalidade de estabelecer uma atualização para integrar a proteção do meio ambiente à estratégia da Empresa e aos seus investimentos e operações.
- » Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC: estabelece as diretrizes para licitações e contratos da TRENSURB;
- » Regulamento Interno Disciplinar - RID: Regulamenta os procedimentos de apuração de possíveis irregularidades e define as medidas disciplinares cabíveis no caso da prática de infração disciplinar da TRENSURB; e
- » Carta de Serviços ao Usuário: divulga para os usuários as formas de acesso aos serviços prestados e os compromissos e padrões de qualidade do atendimento ao público.

**IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

O Planejamento Estratégico 2026-2030 reflete a adaptação da TRENSURB à nova realidade institucional e operacional, incorporando lições aprendidas e preparando a empresa para um futuro mais resiliente e sustentável.

A identidade organizacional é expressa por sua missão, visão e valores, que orientam as decisões e as ações da empresa.

**Missão**

**"Transportar pessoas, oferecendo um serviço público de qualidade, com respeito, inclusão e eficiência"**

**Visão**

**"Empresa estatal referência em mobilidade urbana sustentável, segura e inclusiva, que fortalece o transporte público como direito constitucional"**

**Valores**

Valores são condutas e comportamentos valorizados pela empresa no relacionamento interno, com os usuários e demais partes interessadas. Os valores da TRENSURB são:



**Comprometimento:** Desempenhamos com excelência o serviço público, proporcionamos bem-estar aos nossos clientes e empregados e fortalecemos relações institucionais.



**Inclusão e Diversidade:** Reconhecemos a singularidade de cada pessoa, aceitamos e celebramos a diversidade de experiências, perspectivas e culturas.



**Pertencimento:** Criamos conexões e proporcionamos a ampla participação valorizando as realizações pessoais e colaborativas.



**Respeito:** Reconhecemos e consideramos as necessidades, opiniões, direitos e dignidade de todas as pessoas.



**Solidariedade:** Promovemos ações que fortalecem o bem comum, apoiando uns aos outros e atuando com responsabilidade social e ambiental em benefício da comunidade que servimos.

As diretrizes estratégicas são grandes vetores da estratégia da TRENSURB e guiam as decisões e ações da empresa para o alcance da visão de longo prazo, sendo elas:



O Planejamento Estratégico, na íntegra, pode ser acessado por meio do site eletrônico da TRENSURB: <https://www.gov.br/trensurb/pt-br/empresa/governanca-corporativa/planejamento-estrategico>

**INTERESSE PÚBLICO**

Em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal e com seu Estatuto Social, a TRENSURB tem como objetivo primordial a promoção da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Porto Alegre. Diferentemente das sociedades privadas que atuam no mesmo mercado e detêm flexibilidade para o exercício de múltiplas atividades, a TRENSURB restringe sua atuação às atribuições definidas em sua lei de criação e em seu Estatuto Social, cumprindo exclusivamente sua função pública essencial. Neste contexto, informa-se que, no período de referência, a TRENSURB não assumiu custos ou receitas decorrentes de obrigações ou responsabilidades atribuídas por orientação da União em condições distintas daquelas inerentes ao seu setor de atuação. Assim, os valores correspondentes a tais situações são nulos (R\$ 0,00), uma vez que todas as despesas e receitas da empresa estão relacionadas exclusivamente à sua atividade-fim legal e estatutária de prestação do serviço público de transporte metroferroviário de passageiros. Nesse contexto, a modicidade tarifária, associada a estratégias de subsídio público e a políticas tarifárias diferenciadas, desempenha papel fundamental para assegurar o acesso da população aos serviços públicos de transporte. Essas medidas permitem conciliar a universalização do acesso ao transporte público com a sustentabilidade econômica, social e ambiental da operação.

Entretanto, fatores extraordinários, como a expressiva redução da demanda decorrente da pandemia a partir de 2020, e os impactos das enchentes de grandes proporções ocorridas em maio de 2024, fizeram com que o subsídio do Governo Federal crescesse mais para assegurar o equilíbrio financeiro. Justifica-se isso a execução orçamentária extraordinária ocorrida no ano de 2025, em projetos de restabelecimento da TRENSURB. Logo, o custo por passageiro transportado após esses períodos, fez com que aumentasse significativamente, ficando em R\$ 16,29. Esse cenário reforça a relevância do apoio governamental para a manutenção da acessibilidade e da sustentabilidade do sistema metroviário.

Como destacar que a necessidade de subsídios públicos não se restringe às empresas estatais. Nos últimos anos, o aporte de recursos públicos tornou-se prática recorrente também em sistemas de transporte operados pela iniciativa privada, tanto no modal sobre trilhos quanto no transporte por ônibus, como instrumento para viabilizar economicamente os serviços e promover a equidade no acesso ao transporte coletivo.

Os desafios enfrentados nos anos recentes foram intensificados pelo evento climático extremo ocorrido em 2024, que impactou diretamente as operações da TRENSURB e exigiu respostas rápidas, coordenação interinstitucional e elevada capacidade técnica para garantir a segurança das pessoas e a recuperação da infraestrutura afetada.

Ao longo de 2025, a empresa concentrou esforços na reconstrução, recomposição dos sistemas e retomada gradual e segura das operações, priorizando o restabelecimento do serviço e o atendimento contínuo à população da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em relação à tarifa unitária, a TRENSURB reajustou em julho de 2025, após permanecer congelada por quatro anos, a tarifa unitária de R\$ 4,50 para R\$ 5,00. O índice do reajuste foi de 11,11%, percentual que representa metade da inflação conforme o IPCA de outubro de 2021 a maio de 2025, que atingiu 22,73%.

O novo valor da tarifa foi calculado a partir da evolução dos custos operacionais da empresa, levando em consideração a busca contínua pela sustentabilidade econômica da companhia. O reajuste foi aprovado pelo Conselho de Administração da Trensurb e pelo Conselho Estadual de Transportes Metropolitanos, atendendo a todos os requisitos legais exigidos.

Mesmo com a mudança, a nova tarifa do trem metropolitano gaúcho continua entre as mais acessíveis do país no transporte metroferroviário. Ficando abaixo também da tarifa praticada pelos ônibus metropolitanos que atendem os municípios por onde os trens circulam que, atualmente, está em R\$ 8,45. O que reforça o compromisso social com a prática de uma tarifa acessível, que estimule a mobilidade urbana da população da Região Metropolitana de Porto Alegre. Com a tarifa de integração Trem-Onibus, o percentual de desconto para os usuários é de 10% na tarifa com ônibus urbanos de Porto Alegre, e de 4,31% da tarifa com os ônibus da empresa Transcal de Canoas.

A alteração tarifária está de acordo com a Política Tarifária da TRENSURB, que visa objetivos econômicos, financeiros e sociais, em convergência com as diretrizes da Lei Federal nº 12.587/12 que estabeleceu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, e está aprovada pelo Conselho de Administração, conforme REC 0006/2019, de 22 de março de 2019.

Em síntese, a TRENSURB desempenha papel fundamental na promoção da mobilidade urbana regional, assegurando o atendimento às necessidades essenciais de deslocamento da população, em alinhamento com os princípios constitucionais, com seu Estatuto Social e com o interesse público que orienta sua atuação como empresa estatal.

**PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS**

O orçamento anual da TRENSURB é definido em Lei e a gestão orçamentária é sempre um desafio na Empresa. Em 2025, os limites aprovados na lei orçamentária estavam aquém das necessidades, assim, novamente foi necessário aporte adicional de recursos pelo Governo Federal, uma vez que as receitas próprias foram insuficientes para as despesas de funcionamento da Unidade.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima valores para as receitas e fixa limites das despesas no exercício fiscal, entre elas, atribui recursos para custeio e investimentos. O montante para custeio deve suportar compromissos de funcionamento, enquanto o valor para investimento objetiva inovações ou na ampliação da vida útil dos equipamentos.

Em 2025, a LOA aprovou R\$ 139 milhões para despesas discricionárias, sendo que destes, R\$ 112 milhões estavam destinados ao custeio e R\$ 27 milhões para os investimentos, este último todo ele direcionado pela Administração para projetos de recuperação pós enchente. O quadro orçamentário foi agravado por um bloqueio de R\$ 11 milhões em junho (custeio e investimentos). Pedidos de suplementação para ampliação do orçamento foram incluídos pela TRENSURB nas janelas orçamentárias, porém, não foram atendidos. Por conta disso, um trabalho de redução nas execuções contratuais foi implementado pela Direção; e, ainda assim foi necessário abrir mão de R\$ 11 milhões de investimentos transferidos para uso no custeio. Nesse contexto, o orçamento das despesas discricionárias de 2025 foram: custeio de R\$ 113,3 milhões; e, investimentos de R\$ 14,5 milhões, que foram 100% empenhados; constata-se que, diante das necessidades da TRENSURB, estes montantes deveriam ter sido superiores.

A TRENSURB executou em 2025 os principais investimentos previstos na LOA, com destaque para: (1) Aquisição de equipamentos de rede (switches e access points) para modernizar a infraestrutura da rede de dados; (2) Atualização tecnológica das subestações de energia do Pátio Humaitá - Fase 1, incluindo serviços e materiais para modernização elétrica; (3) Aquisição de nobreaks (UPS) e materiais associados para garantir energia contínua nas estações; (4) Aquisição de peças sobressalentes do sistema de sinalização e controle do tráfego de trens, reforçando a segurança da operação; (5) Compra de equipamentos de teste e diagnóstico eletrônico em placas de alta complexidade, para localizar falhas e apoiar a manutenção; (6) Aquisição de duas máquinas SAM e hardware de suporte, fortalecendo sistemas; e, (7) Aquisição de máquina de chave ferroviária, utilizada na manutenção e operação da via permanente.

**DESEMPENHO OPERACIONAL 2025**

O desempenho da TRENSURB é medido por indicadores de desempenho, que permitem acompanhar, avaliar,

Continua

Continuação

GOVERNO DO  
MINISTÉRIO DAS  
CIDADES

decidir, interferir ou mudar o rumo dos processos de trabalho, para o alcance dos objetivos estratégicos. Um dos indicadores mais relevantes para a gestão da empresa é a Taxa de Cobertura Operacional (TCO), que mede a cobertura econômica da TRENSURB com receitas próprias frente à suas despesas de funcionamento. Fortemente influenciada pela receita própria gerada a partir da quantidade de passageiros transportados tem como resultado deste indicador a medida da subvenção do Governo Federal na Empresa.

Para uma análise apurada do desempenho global da TRENSURB, a Taxa de Cobertura Própria - TCP engloba as despesas relacionadas ao passivo trabalhista, depreciação, despesas financeiras e provisão do Imposto de Renda. Esses elementos, por sua vez, não são contemplados na Taxa de Cobertura Operacional - TCO. Essa diferenciação na abordagem reflete uma visão abrangente da capacidade da empresa de cobrir suas despesas.

Em relação ao ano de 2025, as receitas próprias arrecadadas o patamar de R\$ 132,7 milhões, sendo que nesse valor não são consideradas as receitas oriundas de subvenção. A composição das receitas próprias calculada pelo montante e sua representatividade percentual no ano foram: da receita operacional de transporte (venda de bilhetes) em 78,3%; receita comercial (locações e publicidades) em 2,6%; receita financeira (rendimentos de aplicações), em 18,4%; e outras receitas (leilões, multas e demais), em 0,7%.

As despesas de funcionamento atingiram o patamar de R\$ 398,4 milhões, sendo que nesse valor não são consideradas as despesas com provisões, depreciação e despesas financeiras. A composição das despesas de funcionamento contempla os gastos e representatividade percentual no ano foram: a despesa de pessoal, em 55,0%; despesa de compromissos existentes (contratos com serviço de terceiros, viagens, tributos e demais despesas), em 33,0%; despesa de consumo de materiais, em 5,3%; custo com energia elétrica de tração, em 4,6%; e despesa de serviços de utilidade pública (água, luz e telefonia), em 2,1%.

Outro importante dado para a gestão da empresa é a quantidade de passageiros transportados. Observou-se, nos anos passados, uma expressiva redução no número de passageiros transportados, principalmente nos períodos de 2020 e 2021, em decorrência da pandemia da COVID-19, e uma redução maior em 2024, resultado das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul e que tiveram impactos significativos sobre a operação da TRENSURB.

Em 2025, embora o setor como um todo tenha registrado queda no número de passageiros transportados, a TRENSURB conseguiu gradualmente recuperar parte dessa demanda.

Como sistema metroferroviário de transporte de pessoas, a TRENSURB representa um modal de baixo impacto ambiental que contribui diretamente para a redução do tráfego rodoviário e para a melhoria da qualidade de vida urbana. A operação sobre trilhos evita, todos os anos, centenas de milhares de viagens de automóveis e ônibus, reduzindo significativamente a emissão de poluentes na atmosfera. Com o uso da energia elétrica como principal fonte de tração, o sistema promove a diminuição dos impactos ambientais e gera benefícios adicionais, como a redução de acidentes de trânsito, a economia de recursos públicos em saúde, a mitigação dos congestionamentos e a diminuição dos custos de manutenção do sistema viário na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Na mensuração das externalidades positivas geradas pela TRENSURB se considera a necessidade de frota adicional de ônibus por ano para atender a atual demanda e no cômputo o custo social das emissões de poluentes, o custo com acidentes de trânsito e a economia de tempo de viagem, estes dados somam-se o valor total das receitas em relação às despesas totais.

Em 2025, a TRENSURB alcançou um impacto econômico positivo de R\$ 90,9 milhões, evitando a emissão de aproximadamente 7.140 toneladas de CO<sub>2</sub>, cerca de 48,22 toneladas de hidrocarbonetos e 8,55 toneladas de monóxido de carbono.

Para 2026, projeta-se um impacto positivo de cerca de R\$ 105 milhões, considerando a manutenção dos níveis operacionais atuais. Esses dados reforçam o valor econômico, social e ambiental do transporte sobre trilhos, que gera benefícios diretos à população e à qualidade de vida urbana, ainda que parte desses impactos positivos não possa mensuração monetária direta.

A TRENSURB adota uma Política Ambiental alinhada às diretrizes globais de meio ambiente, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às boas práticas ESG, integrando a proteção ambiental à sua estratégia operacional e ao planejamento institucional. A sustentabilidade constitui um pilar estruturante da atuação da empresa, orientando a gestão de recursos naturais, a eficiência energética, a mitigação de emissões de gases de efeito estufa e a incorporação de critérios ambientais em processos internos e contratações, em consonância com o seu papel como empresa pública prestadora de serviço essencial.

#### Ações Ambientais

Ao longo do exercício, a TRENSURB manteve o compromisso com a sustentabilidade por meio da implementação de ações ambientais estruturadas, com foco na gestão de resíduos, uso racional de recursos naturais, eficiência energética e educação ambiental.

Destacaram-se ações concretas como a gestão sistemática de resíduos sólidos, com monitoramento contínuo e destinação ambientalmente adequada. Como resultado, mais de 17 toneladas de resíduos deixaram de ser encaminhadas a aterros sanitários no ano, além do apoio direto a seis cooperativas de reciclagem, fortalecendo a inclusão socioeconômica e a cadeia da reciclagem.

Os empregados e prestadores de serviço responsáveis pelo descarte de resíduos participam de capacitações semestrais sobre procedimentos de segregação e acondicionamento. Complementamente, são realizadas fiscalizações bimestrais, a fim de verificar a conformidade das práticas adotadas, reforçando a eficiência do sistema e a aderência às diretrizes ambientais.

A coleta de materiais recicláveis na Central de Resíduos da TRENSURB ocorre semanalmente. Para prevenir a contaminação do solo e dos recursos hídricos por metais pesados, esses materiais são armazenados de forma segura e posteriormente destinados por meio de leilão realizado no mês de novembro, assegurando destinação ambientalmente adequada. As pilhas usadas são encaminhadas aos pontos de coleta do programa "Recebe Pilhas", promovido pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE).

Os óleos lubrificantes descartados nas operações são destinados ao processo de refinamento, conforme a demanda, por meio de leilão realizado em outubro, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 362/2005. No âmbito do uso racional da água, foi mantido o controle diário do consumo nas instalações da empresa, possibilitando a identificação tempestiva de desvios e a correção de perdas operacionais.

Em relação às mudanças climáticas, a TRENSURB avançou na eficiência energética por meio do redimensionamento da frota de veículos, substituição de luminárias e ajustes operacionais. Essas medidas culminaram na obtenção do Certificado Internacional de Energia Renovável (I-REC), que atesta o uso de energia elétrica proveniente de fontes 100% renováveis para a energia de tração.

Também foram fortalecidas as ações de educação ambiental e as práticas de compras sustentáveis, com a incorporação de critérios ambientais desde o planejamento das contratações até a execução e fiscalização dos contratos.

#### Principais Iniciativas de Educação e Engajamento Ambiental

Janeiro de 2025

- Treinamento de integração para empregados terceirizados, com orientações sobre a coleta adequada de resíduos recicláveis, esclarecimento de dúvidas operacionais das equipes de limpeza e alinhamento às diretrizes do Programa de Gestão Ambiental.

- Workshop de Gestão Ambiental para a equipe do Setor de Oficinas.

#### Março de 2025

- Workshop para empregados próprios e terceirizados responsáveis pela coleta de resíduos, com foco na redução dos impactos da segregação inadequada na sede administrativa, aprimorando o processo de reciclagem e minimizando desperdícios.
- Palestra "Mudanças Climáticas e Extremos Hidrológicos: Impactos e Estratégias de Adaptação", ministrada pelo professor Fernando Mainardi Fan (IPH/UFRGS), abordando os efeitos das mudanças climáticas e os eventos hidrológicos extremos, com destaque para as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em maio de 2024.

#### Abril de 2025

- Roda de conversa com metroviários sobre o tema "Agricultura familiar orgânica como chave para a preservação ambiental", com participação da bióloga Luana Rosa e da diretora da agroindústria Família Bellé, Franciele Bellé. A atividade fez alusão ao Dia Nacional da Conservação do Solo (15/04) e ao Dia da Terra (22/04).

#### Maio de 2025

- Palestra "O Protagonismo da Mulher Catadora: Reciclagem e Inclusão Social", em alusão ao Dia Mundial da Reciclagem (17/05), ministrada por Simone Poças, da Cooperativa Anitas.

#### Junho de 2025

- Palestra "O Pampa é aqui: Características, Potencialidades e Riscos", ministrada por Luiza Chomenko, bióloga e doutora em biogeografia.

#### Setembro de 2025

- Palestra sobre Gestão de Resíduos, com debates sobre problemas, soluções e inovações, ministrada por Feliciane Brehm, bióloga e doutora em biogeografia.
- Doação de mangueiras de incêndio em desuso ao Zoológico de Sapucaia do Sul, promovendo a reutilização de materiais.

#### Fevereiro a dezembro de 2025

- Manutenção de Ponto de Entrega Voluntária de Resíduos Eletrônicos, em parceria com a Cooperativa Socioambiental Paulo Freire. No período, foram arrecadados 1.180 kg de resíduos eletrônicos, com participação de empregados, estagiários, terceirizados e comunidade.

Em atendimento aos princípios de transparência e prestação de contas, a TRENSURB disponibiliza seu Relatório Integrado no site institucional, por meio do link: <https://www.gov.br/trensurb/pl-br/ acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/processo-de-contas- anuais/relatorios-integrados-de-gestao>. O capítulo "Sustentabilidade" reúne, na íntegra, as ações ambientais e demais iniciativas desenvolvidas ao longo do exercício.

No âmbito operacional, o índice de regularidade mede a efetividade da operação com o cálculo da diferença entre as viagens realizadas e as programadas conforme a grade horária planejada pelo Centro de Controle Operacional, refletindo assim a confiabilidade do serviço prestado.

Em 2025, a empresa manteve os índices de regularidade operacional, mesmo diante das restrições impostas pelas obras de recuperação da via (decorrentes de eventos climáticos) e furtos de cabos, assegurando a continuidade do serviço à população.

A imagem institucional é representada pelo conjunto de ações que a empresa realiza e demonstra e que serão valorizadas pela sociedade. Para que ela seja consolidada, o público deve perceber qual o comportamento da empresa perante todas as situações enfrentadas, sendo elas boas e oportunas ou críticas e desfavoráveis. Nesse sentido, ações voltadas ao público interno e externo são fundamentais na promoção da imagem da empresa. Em 2025, ocorreram 6.699 citações à empresa nos principais veículos de comunicação do estado e do país, sendo 6.013 positivas e 686 negativas, resultando em um índice de 89,76% de notícias positivas. Os temas divulgados pela TRENSURB que mais resultaram em citações à empresa nos veículos de comunicação ao longo do ano referem-se ao reajuste da tarifa unitária, à retomada da circulação dos trens até a Estação Mercado em horário integral e a informações sobre alterações no serviço devido às obras de recuperação do sistema após os impactos da enchente de 2024.

Em resumo, apresentamos os resultados dos principais indicadores, em comparativo a 2024.

| INDICADOR                     | 2024       | 2025       |
|-------------------------------|------------|------------|
| Passageiros Transportados     | 20.134.159 | 24.452.373 |
| Média Dia Útil                | 70.448     | 83.496     |
| Taxa de Cobertura Operacional | 28,94%     | 33,32%     |
| Taxa de Cobertura Própria     | 22,22%     | 28,61%     |
| Taxa de Cobertura Ambiental   | 38,71%     | 48,22%     |
| Índice de Regularidade        | 99,66%     | 99,44%     |
| Avaliação de Imagem TRENSURB  | 91,83%     | 92,46%     |

Fonte: Gerência de Governança e Gestão Estratégica

#### POTENCIALIDADES E DESAFIOS

A TRENSURB encerra o exercício de 2025 reafirmando seu compromisso com a melhoria contínua, a modernização de processos, o fortalecimento da governança corporativa e a sustentabilidade econômico-financeira, pilares fundamentais para o cumprimento de sua função pública.

Com base na análise do cenário econômico, social e ambiental recente, bem como na avaliação dos resultados operacionais e financeiros dos últimos anos, a empresa reconhece as lições aprendidas diante dos desafios enfrentados, especialmente aqueles decorrentes da pandemia e dos eventos climáticos extremos como o ocorrido em 2024. Esses fatores evidenciaram, simultaneamente, fragilidades a serem superadas e oportunidades de inovação, integração metropolitana e avanço em práticas sustentáveis.

Esses aprendizados constituem o ponto de partida para o novo ciclo de Planejamento Estratégico 2026–2030, que orientará as ações da TRENSURB rumo a uma operação mais eficiente, resiliente e alinhada às políticas públicas de mobilidade urbana sustentável. O planejamento prioriza o fortalecimento da função social da empresa e a consolidação de um modelo de gestão aderente às diretrizes de mobilidade sustentável e acessível, que respeita a experiência de viagem do usuário, os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança), fortalecendo seu papel de empresa pública.

O Planejamento Estratégico 2026–2030 representa, assim, um momento decisivo para a TRENSURB, após um 2025 marcado por intensas intervenções de reconstrução e modernização de suas instalações e sistemas. Esse período reforçou a necessidade de ampliar a resiliência institucional, aprimorar a infraestrutura operacional e consolidar, de forma permanente, as práticas de governança corporativa.

Porto Alegre, 2026.

A Administração.

Continua

Continuação

MINISTÉRIO DAS  
CIDADESGOVERNO DO  
BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em Reais 1)

| ATIVO                                            |      |                      |                      | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO                    |      |                      |                      |
|--------------------------------------------------|------|----------------------|----------------------|-------------------------------------------------|------|----------------------|----------------------|
|                                                  | NOTA | 2025                 | 2024                 |                                                 | NOTA | 2025                 | 2024                 |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                          |      |                      |                      | <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                       |      |                      |                      |
| Caixa e equivalentes de caixa                    | 4    | 176.223.961          | 157.239.635          | Fornecedores                                    | 16   | 43.599.190           | 7.880.270            |
| Créditos a receber                               | 5    | 2.434.152            | 2.846.447            | Impostos e taxas a recolher                     | 17a  | 5.741.923            | 4.909.100            |
| Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto | 6    | 48.707.328           | 13.469.750           | Contribuições sociais a recolher                | 17b  | 5.271.918            | 5.185.667            |
| Adiantamento de férias e débitos de empregados   | 7    | 3.373.003            | 3.110.273            | Obrigações trabalhistas                         | 18   | 34.165.123           | 30.250.500           |
| Direitos a receber                               | 8    | 154.566              | 157.263              | Adiantamento de clientes                        | 19   | 3.044.007            | 3.139.439            |
| Impostos a recuperar                             | 9    | 5.532.618            | 3.725.903            | Credores por convênios e depósitos              | 20   | 1.082.006            | 774.159              |
| Estoques                                         | 10   | 32.364.358           | 20.966.316           | Plano de Previdência - Equacionamento           | 28c  | -                    | 470.349              |
| Despesas do exercício seguinte                   | 11   | 491.965              | 398.055              |                                                 |      | <b>92.904.166</b>    | <b>52.609.484</b>    |
|                                                  |      | <b>269.281.950</b>   | <b>201.913.642</b>   | <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>                   |      |                      |                      |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                      |      |                      |                      | Provisão IR/CS diferido                         | 14c  | 12.089.382           | 13.210.141           |
| Realizável a longo prazo                         | 7    | 87.731               | 92.559               | Plano de Previdência - Equacionamento           | 28c  | 3.952.955            | 3.654.808            |
| Débitos de empregados                            | 12   | 74.115.073           | 56.417.213           | Provisão para contingências trabalhistas        | 21a  | 137.124.812          | 136.601.375          |
| Depósitos judiciais e Garantias a Juízo          | 13   | -                    | 2.603.761            | Provisão para contingências cíveis              | 21b  | 12.924.314           | 12.133.399           |
| Penhora s/ receita própria                       |      | <b>74.202.803</b>    | <b>59.113.531</b>    |                                                 |      | <b>166.091.464</b>   | <b>165.599.723</b>   |
|                                                  |      |                      |                      | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                       |      |                      |                      |
| Imobilizado                                      | 14   | 1.163.293.068        | 1.114.847.924        | Capital social                                  | 22a  | 2.059.666.941        | 2.059.666.941        |
| Intangível                                       | 15   | 1.763.925            | 1.766.165            | Adiantamentos para futuro aumento de capital    | 23a  | 128.813.999          | 32.088.707           |
|                                                  |      | <b>1.165.056.994</b> | <b>1.116.614.089</b> | Ajuste avaliação patrimonial                    | 14c  | 22.356.767           | 32.082.358           |
|                                                  |      |                      |                      | Prejuízos acumulados                            |      | (961.291.591)        | (956.855.953)        |
|                                                  |      | <b>1.239.259.796</b> | <b>1.175.727.620</b> |                                                 |      | <b>1.249.546.118</b> | <b>1.159.432.055</b> |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                            |      | <b>1.508.541.747</b> | <b>1.377.641.262</b> | <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> |      | <b>1.508.541.747</b> | <b>1.377.641.262</b> |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em Reais 1)

|                                                                  | NOTA | 2025                 | 2024                 |
|------------------------------------------------------------------|------|----------------------|----------------------|
| <b>RECEITA LÍQUIDA</b>                                           | 24   | <b>106.345.697</b>   | <b>79.156.988</b>    |
| Custo dos serviços prestados                                     | 25   | (350.086.982)        | (294.495.955)        |
| <b>PREJUÍZO BRUTO</b>                                            |      | <b>(243.741.285)</b> | <b>(215.338.967)</b> |
| Despesas operacionais                                            |      |                      |                      |
| Despesas gerais e administrativas                                | 26   | (96.395.932)         | (90.715.306)         |
| Outras receitas e despesas                                       |      | (15.953.774)         | (54.525.783)         |
| Condenações Trabalhistas e Cíveis                                |      | (5.129.726)          | (6.172.769)          |
| Provisão/ Reversão ações trabalhistas                            | 21a  | (9.809.414)          | (41.412.440)         |
| Provisão/ Reversão ações cíveis                                  | 21b  | (1.080.571)          | (5.174.397)          |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas                |      | 1.035.937            | (1.766.178)          |
|                                                                  |      | <b>(111.479.706)</b> | <b>(145.241.089)</b> |
| <b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>                    |      | <b>(355.220.991)</b> | <b>(360.580.056)</b> |
| <b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>                             |      | <b>24.041.354</b>    | <b>17.027.739</b>    |
| Receitas financeiras                                             | 4    | 24.504.799           | 17.465.413           |
| Despesas financeiras                                             |      | (463.446)            | (437.673)            |
| <b>SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL</b>                         | 23b  | <b>323.952.260</b>   | <b>290.184.426</b>   |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL</b>                                     |      | <b>(7.227.377)</b>   | <b>(53.367.891)</b>  |
| <b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> |      | <b>(7.227.377)</b>   | <b>(53.367.891)</b>  |
| <b>PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>           |      | <b>(504.611)</b>     | <b>-</b>             |
| <b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                             |      | <b>(7.731.988)</b>   | <b>(53.367.891)</b>  |
| Resultado por ação do capital social                             |      | (0,0008)             | (0,0056)             |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em Reais 1)

|                                                   | 2025               | 2024                |
|---------------------------------------------------|--------------------|---------------------|
| <b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>              | <b>(7.731.988)</b> | <b>(53.367.891)</b> |
| Outros resultados abrangentes                     | -                  | -                   |
| <b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b> | <b>(7.731.988)</b> | <b>(53.367.891)</b> |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em Reais 1)

|                                                                   | NOTA  | 2025                | 2024                |
|-------------------------------------------------------------------|-------|---------------------|---------------------|
| <b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                              |       | <b>(7.731.988)</b>  | <b>(53.367.891)</b> |
| <b>AJUSTADO POR:</b>                                              |       |                     |                     |
| Depreciação e Amortização                                         |       | 48.698.935          | 48.630.390          |
| Baixa de bens do ativo imobilizado                                |       | 1.280.336           | 2.375.002           |
| Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis            |       | 10.989.985          | 46.586.837          |
|                                                                   |       | <b>52.732.657</b>   | <b>44.224.337</b>   |
| <b>(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS</b>                                |       |                     |                     |
| Créditos a receber                                                |       | 412.296             | (148.908)           |
| Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento              |       | (35.237.579)        | (5.551.961)         |
| Estoques                                                          |       | (11.398.043)        | (1.018.742)         |
| Impostos a recuperar                                              |       | (1.806.715)         | (2.116.152)         |
| Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais                         |       | (15.094.099)        | (7.102.565)         |
| Outros ativos circulantes e não circulantes                       |       | (349.114)           | (437.060)           |
|                                                                   |       | <b>(63.473.255)</b> | <b>(16.375.388)</b> |
| <b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS</b>                              |       |                     |                     |
| Fornecedores                                                      |       | 35.718.920          | (1.724.656)         |
| Impostos e taxas a recolher                                       |       | 866.644             | 85.768              |
| Contribuições sociais a recolher                                  |       | 52.430              | 1.464.505           |
| IRPJ/CSLL pagos                                                   |       | 504.611             | -                   |
| Obrigações trabalhistas, férias e encargos                        |       | 1.384.941           | 3.292.160           |
| Contingências trabalhistas e cíveis pagas                         |       | (9.675.633)         | (8.410.228)         |
| Credores por convênios e depósitos                                |       | 212.415             | 239.046             |
| Plano de Previdência - Equacionamento                             |       | 2.357.481           | 4.536.406           |
|                                                                   |       | <b>31.421.807</b>   | <b>(516.999)</b>    |
| <b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais</b>        |       | <b>20.681.209</b>   | <b>27.331.950</b>   |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>             |       |                     |                     |
| Aquisições de ativo imobilizado e intangível                      | 14/15 | (98.422.175)        | (9.542.469)         |
| <b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>     |       | <b>(98.422.175)</b> | <b>(9.542.469)</b>  |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>             |       |                     |                     |
| Recursos recebidos para aumento de capital                        | 22a   | 96.725.292          | 8.028.984           |
| <b>Líquido Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento</b>     |       | <b>96.725.292</b>   | <b>8.028.984</b>    |
| <b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b> | 4     | <b>18.984.326</b>   | <b>25.818.464</b>   |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício              |       | 157.239.635         | 131.421.171         |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício                 |       | 176.223.961         | 157.239.635         |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

Continua

Continuação

GOVERNO DO  
MINISTÉRIO DAS  
CIDADES**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em Reais 1)

| NOTA                                               | CAPITAL SOCIAL       | ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | PREJUÍZOS ACUMULADOS | TOTAL                |
|----------------------------------------------------|----------------------|---------------------------------------------|---------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>             | <b>2.059.666.942</b> | <b>24.059.723</b>                           | <b>26.731.401</b>               | <b>(906.819.943)</b> | <b>1.203.638.123</b> |
| Adiantamento para futuro aumento de capital        | -                    | 8.028.984                                   | -                               | -                    | 8.028.984            |
| Incorporação de Capital Social                     | -                    | -                                           | -                               | -                    | -                    |
| Ajuste de Exercícios Anteriores                    | -                    | -                                           | -                               | -                    | -                    |
| Total do resultado abrangente                      | -                    | -                                           | (2.199.042)                     | (50.036.009)         | (52.235.052)         |
| Prejuízo líquido do exercício                      | -                    | -                                           | -                               | (53.367.891)         | (53.367.891)         |
| Ajuste avaliação patrimonial                       | -                    | -                                           | (2.199.042)                     | -                    | 1.132.840            |
| Realização da reserva do custo atribuído           | 14b                  | -                                           | (3.331.882)                     | 3.331.882            | -                    |
| Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | 14b                  | -                                           | 1.132.840                       | -                    | 1.132.840            |
| <b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>             | <b>2.059.666.942</b> | <b>32.088.707</b>                           | <b>24.532.358</b>               | <b>(956.855.953)</b> | <b>1.159.432.055</b> |
| Adiantamento para futuro aumento de capital        | -                    | 96.725.292                                  | -                               | -                    | 96.725.292           |
| Incorporação de Capital Social                     | -                    | -                                           | -                               | -                    | -                    |
| Ajuste de Exercícios Anteriores                    | -                    | -                                           | -                               | -                    | -                    |
| Total do resultado abrangente                      | -                    | -                                           | (2.175.591)                     | (4.435.638)          | (6.611.229)          |
| Prejuízo líquido do exercício                      | -                    | -                                           | -                               | (7.731.988)          | (7.731.988)          |
| Ajuste avaliação patrimonial                       | -                    | -                                           | (2.175.591)                     | 3.296.350            | 1.120.759            |
| Realização da reserva do custo atribuído           | 14b                  | -                                           | (3.296.350)                     | 3.296.350            | -                    |
| Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | 14b                  | -                                           | 1.120.759                       | -                    | 1.120.759            |
| <b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>             | <b>2.059.666.942</b> | <b>128.813.999</b>                          | <b>22.356.767</b>               | <b>(961.291.593)</b> | <b>1.249.546.118</b> |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em Reais 1)

|                                                              | 2025                 | 2024                 |
|--------------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Receita de prestação de serviços                             | 103.908.972          | 127.491.385          |
| Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões              | 3.306.283            | 2.823.057            |
| Outras receitas e despesas líquidas                          | (1.979.407)          | (6.049.280)          |
| Provisões trabalhistas e cíveis                              | (10.989.985)         | (46.586.837)         |
|                                                              | <b>94.245.862</b>    | <b>26.784.060</b>    |
| <b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>                       |                      |                      |
| Materiais consumidos                                         | (21.247.278)         | (13.386.347)         |
| Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais | (154.250.319)        | (121.514.395)        |
| Ganho / (Perda) na realização de ativos                      | (261.165)            | 21.619               |
|                                                              | <b>(175.758.762)</b> | <b>(134.879.123)</b> |
| <b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>                                | <b>(81.512.900)</b>  | <b>(108.095.063)</b> |
| Depreciação e amortização                                    | (48.698.935)         | (48.630.390)         |
| <b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>      | <b>(130.211.834)</b> | <b>(156.725.452)</b> |
| <b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>            |                      |                      |
| Receitas de Subvenções                                       | 323.952.260          | 290.184.426          |
| Receitas financeiras                                         | 24.504.799           | 17.465.413           |
|                                                              | <b>348.457.060</b>   | <b>307.649.838</b>   |
| <b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>                   | <b>218.245.226</b>   | <b>150.924.386</b>   |
| <b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>                      | <b>218.245.226</b>   | <b>150.924.386</b>   |
| Pessoal e encargos                                           |                      |                      |
| Remuneração direta                                           | 152.992.284          | 145.494.390          |
| Benefícios                                                   | 31.428.080           | 30.477.100           |
| FGTS                                                         | 11.728.437           | 10.938.924           |
|                                                              | <b>196.146.801</b>   | <b>186.910.414</b>   |
| Impostos, taxas e contribuições                              |                      |                      |
| Federais                                                     | 25.637.157           | 15.182.623           |
| Estaduais                                                    | 70.296               | 69.730               |
| Municipais                                                   | 34.776               | 251.122              |
|                                                              | <b>25.742.330</b>    | <b>15.503.476</b>    |
| Remuneração de capitais de terceiros                         |                      |                      |
| Juros                                                        | 463.446              | 443.154              |
| Aluguéis                                                     | 3.624.737            | 1.435.233            |
|                                                              | <b>4.088.183</b>     | <b>1.878.388</b>     |
| Resultado retido                                             | (7.731.988)          | (53.367.891)         |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

Em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal e com seu Estatuto Social, a TRENSURB tem como objetivo primordial a promoção da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Porto Alegre. Diferentemente das sociedades privadas que atuam no mesmo mercado e além da flexibilidade para o exercício de múltiplas atividades, a TRENSURB restringe sua atuação às atribuições definidas em sua lei de criação e em seu Estatuto Social, cumprindo exclusivamente sua função pública essencial.

Nesse contexto, a modalidade tarifária, associada a estratégias de subsídio público e a políticas tarifárias diferenciadas, desempenha papel fundamental para assegurar o acesso da população aos serviços públicos de transporte. Essas medidas permitem conciliar a universalização do acesso ao transporte público com a sustentabilidade econômica, social e ambiental da operação.

Entretanto, fatores extraordinários, como a expressiva redução da demanda decorrente da pandemia a partir de 2020, e os impactos das enchentes de grandes proporções ocorridas em maio de 2024, fizeram com que o subsídio do Governo Federal crescesse mais para assegurar o equilíbrio financeiro. Justificase isso a execução orçamentária extraordinária ocorrida no ano de 2025, em projetos de restabelecimento da TRENSURB. Em razão disso, o custo por passageiro transportado no período apresentou aumento significativo, alcançando a média de R\$ 16,29, frente a uma tarifa unitária atual de R\$ 5,00. Esse cenário reforça a relevância do apoio governamental para a manutenção da acessibilidade e da sustentabilidade do sistema ferroviário.

Nos termos do artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia não assume responsabilidades de interesse da União com custos inferiores aos praticados pela iniciativa privada, sendo o atendimento ao interesse público assegurado por meio da modalidade tarifária, da universalização do acesso e da continuidade da prestação do serviço público, que demandam aportes e subsídios públicos para o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

Cumprir destacar que a necessidade de subsídios públicos não se restringe às empresas estatais. Nos últimos anos, o aporte de recursos públicos tornou-se prática recorrente também em sistemas de transporte operados pela iniciativa privada, tanto no modal sobre trilhos quanto no transporte por ônibus, como instrumento para viabilizar economicamente os serviços e promover a equidade no acesso ao transporte coletivo.

Os desafios enfrentados nos anos recentes foram intensificados pelo evento climático extremo ocorrido em 2024, que impactou diretamente as operações da TRENSURB e exigiu respostas rápidas, coordenação intersetorial e elevada capacidade técnica para garantir a segurança das pessoas e a recuperação da infraestrutura afetada.

Ao longo de 2025, a empresa concentrou esforços na reconstrução, recomposição dos sistemas e retomada

gradual e segura das operações, priorizando o restabelecimento do serviço e o atendimento contínuo à população da Região Metropolitana de Porto Alegre.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****2.1 Declaração de conformidade**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Leis nos 11.638/07 e 6.404/76), pronunciamentos que são transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, através das resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

**2.2 Base de preparação**

Estas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos - CPC, requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras em 29 de janeiro de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir e identificadas nas notas explicativas específicas dos grupos de contas, quando individualizados.

**a) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda local e funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

**b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Realização de créditos a receber (Nota 5),

Continua

Continuação

GOVERNO DO  
MINISTÉRIO DAS  
CIDADES

Realização de direitos a receber (Nota 8); Realização dos estoques (Nota 10); Vida útil e *Impairment* do ativo imobilizado (Nota 14); Vida útil dos ativos intangíveis (Nota 15); Provisão para contingências (Nota 21); Imposto de renda e contribuição social (Nota 27); Déficit atuarial (Nota 28) e Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.3).

**c) Impairment de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

**d) NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros****Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

(a) mensuradas ao custo amortizado;

(b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e

(c) valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme a NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros.

**Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

**Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento (Nota 6) e Direitos a receber (Nota 8).

**Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 16), Adiantamento de clientes (Nota 19), Credores por convênios (Nota 20) e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 23.a).

**Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com atividade de hedge.

**Impairment de ativos financeiros**

A NBC TG 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo, não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**e) Provisões para contingências**

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Tais provisões são não reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

**f) Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

De modo geral, os ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente convertíveis em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

|                                 | 2025               | 2024               |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| Caixa                           | 23.900             | 23.350             |
| Valores em trânsito             | 780.749            | 277.668            |
| Aplicações de liquidez imediata | 175.419.312        | 156.938.617        |
|                                 | <b>176.223.961</b> | <b>157.239.635</b> |

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente convertível em caixa, com baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação foi de R\$ 19.765.914 (R\$ 14.814.032 em 2024).

O aumento do saldo das aplicações financeiras em 2025 decorre, principalmente, da menor utilização de recursos próprios no período, conforme definido na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025. Já em 2024, observou-se equilíbrio entre a utilização de recursos próprios e recursos do Tesouro, resultando em menor volume de disponibilidades mantidas em aplicações financeiras naquele exercício.

**5. CRÉDITOS A RECEBER**

|                                                   | 2025             | 2024             |
|---------------------------------------------------|------------------|------------------|
| Créditos de Utilização Bilihetagem Eletrônica (a) | 150.153          | 587.477          |
| Consultoria Técnica                               | 570.926          | 570.926          |
| Aluguéis, Arrendamentos, Concessões (b)           | 2.140.764        | 1.951.846        |
| (-) Perdas est. com cred. de liq. duvidosa        | (427.691)        | (263.802)        |
|                                                   | <b>2.434.152</b> | <b>2.846.447</b> |

(a) Os valores a receber de créditos de utilização da bilhetagem eletrônica são oriundos da operação de transporte de passageiros.

(b) Os valores a receber de alugueis, arrendamentos e concessões são oriundos de contratos de receitas comerciais.

As contas de alugueis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa conforme a seguir:

|                         |                  |
|-------------------------|------------------|
| Saldo Inicial Exercício | (263.802)        |
| (+) Provisão            | 163.889          |
| (-) Reversão            | -                |
| (-) Recebimento         | -                |
| Saldo Final Exercício   | <b>(427.691)</b> |

**6. SUBVENÇÕES - SIAFI - CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos. A variação ocorrida no saldo da conta de R\$ 13.469.750 em 31/12/2024 para R\$ 48.707.328 em 31/12/2025 deve-se principalmente, a valores recebidos para pagamento de despesas com fornecedores, não utilizados dentro do exercício de 2025 em razão de restrição orçamentária.

**7. ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS**

|                                      | 2025             |                | 2024             |                |
|--------------------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|
|                                      | Circulante       | Não Circulante | Circulante       | Não Circulante |
| Adiantamento de férias               | 3.125.790        | -              | 2.889.876        | -              |
| Adiantamento por insuf. de saldo (a) | 101.285          | -              | 123.310          | -              |
| Plano de Saúde (b)                   | 123.185          | 87.731         | 80.154           | 92.559         |
| Débitos de empregados                | 22.743           | -              | 16.933           | -              |
|                                      | <b>3.373.003</b> | <b>87.731</b>  | <b>3.110.273</b> | <b>92.559</b>  |

**a) Adiantamento por insuficiência de saldo**

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No exercício de 2025 a provisão é no montante de R\$ 74.444 (R\$ 11.981 em 31/12/2024).

**b) Plano de Saúde**

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 84.848 (R\$ 50.035 em 31/12/2024), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

**8. DIREITOS A RECEBER**

|                                       | 2025           | 2024           |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Convênio Pessoal Cedido               | 4.558          | 8.935          |
| Depósitos/Cauções/Outros devedores    | 24.885         | 23.205         |
| Devedores Infração Legal e Contratual | 125.123        | 125.123        |
|                                       | <b>154.566</b> | <b>157.263</b> |

O valor de R\$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajudadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

**9. IMPOSTOS A RECUPERAR**

Compreendem os valores recolhidos a título de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro, apurados na modalidade do Lucro Real Anual, bem como créditos de imposto sobre Serviços (ISS), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), passíveis de compensação, demonstrados a seguir:

|      | 2025             | 2024             |
|------|------------------|------------------|
| IRPJ | 3.765.313        | 2.615.587        |
| CSLL | 1.374.568        | 969.426          |
| ISS  | 7.358            | 585              |
| IRRF | 140.305          | 140.305          |
| ICMS | 245.074          | -                |
|      | <b>5.532.618</b> | <b>3.725.903</b> |

A variação observada no saldo de IRPJ e CSLL a recuperar decorre, principalmente, dos valores recolhidos sobre o lucro nos exercícios de 2024 e 2025, ainda não compensados.

**10. ESTOQUES**

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável e/ou por obsolescência, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

Os itens mais significativos referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

|                                           | 2025              | 2024              |
|-------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Material de TUEs e Veículos               | 12.975.774        | 11.763.559        |
| Material da Via Permanente (a)            | 10.450.167        | 3.238.954         |
| Sistemas operacionais (b)                 | 7.906.892         | 5.126.323         |
| Peças e Acessórios de Equipamentos        | 90.917            | 97.645            |
| Materiais de expediente e administrativos | 948.778           | 631.905           |
| Provisão de perda/perdas registradas (c)  | (8.170)           | (263.455)         |
|                                           | <b>32.364.358</b> | <b>20.966.316</b> |

(a) A variação ocorrida no grupo de materiais de via permanente, deve-se à aquisição de britas, dormentes e fixações para a manutenção e reconstrução da via permanente, em virtude da calamidade ocorrida em maio/2024.

(b) A variação ocorrida no grupo de sistemas operacionais deve-se a aquisição de cabos de sinalização no período.

Continua

Continuação

GOVERNO DO  
MINISTÉRIO DAS  
CIDADESBRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

(c) As perdas ocorridas no exercício de 2025 são referentes ao inventário anual de estoques conforme processo administrativo SEI 2571/2025-36.

**11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEQUINTE**

Compreende despesas pagas, cujos benefícios ultrapassam um exercício, sendo essas transferidas para o resultado conforme o transcurso dos períodos de competência da despesa. Os saldos a apropriar por competência são:

|                                | 2025           | 2024           |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Assinaturas e Periódicos       | 15.545         | 12.142         |
| Manutenção de Sist.Proc. Dados | 217.630        | 219.303        |
| Seguros                        | 258.790        | 166.610        |
|                                | <b>491.965</b> | <b>398.055</b> |

**12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO**

Correspondem aos valores depositados em juízo para fazer frente às demandas de processos judiciais cíveis e trabalhistas.

|                                                  | 2025              | 2024              |
|--------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos Judiciais Cíveis                       | 1.560             | 1.636             |
| Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias (a) | 74.051.297        | 56.353.361        |
| Processos Judiciais - Recursos Próprios          | 62.216            | 62.216            |
|                                                  | <b>74.115.073</b> | <b>56.417.213</b> |

(a) A variação no grupo de depósitos judiciais e garantias a juízo decorre, principalmente, do aumento dos valores depositados no exercício de 2025 para garantia de processos judiciais em andamento.

**13. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA**

A Penhora Sobre Receita Própria corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. A variação ocorrida em relação ao exercício anterior deve-se à regularização de penhora de valores referente ao processo 0020917-89.2024.5.04.0025, que possui como objeto concessão de horas extras de intervalo noturno.

**14. IMOBILIZADO**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

**a) Composição do saldo**

|                                       | Vida útil (anos) | 2025                 |                       |                      | 2024                 |  |
|---------------------------------------|------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|--|
|                                       |                  | Custo Corrigido      | Depreciação Acumulada | Valor líquido        | Valor líquido        |  |
| Terrenos                              | -                | 45.909.816           | -                     | 45.909.816           | 45.909.816           |  |
| Edificações, estações e depósitos     | 25,00            | 269.844.075          | (101.223.159)         | 168.620.916          | 174.497.451          |  |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) | 33,33            | 168.736.742          | (88.463.395)          | 80.273.347           | 83.649.152           |  |
| Via permanente                        | 33,33            | 605.946.118          | (191.481.380)         | 414.464.738          | 425.748.688          |  |
| Sistemas operacionais                 | 11,11            | 338.529.591          | (207.308.676)         | 131.220.915          | 142.793.134          |  |
| Veículos ferroviários/aeromóvel       | 20,00            | 370.057.116          | (173.159.050)         | 196.898.066          | 205.752.822          |  |
| Veículos rodoviários                  | 3,03             | 6.824.299            | (1.550.500)           | 5.273.799            | 819.644              |  |
| Equip. proc. de dados                 | 4,55             | 13.017.941           | (6.182.116)           | 6.835.825            | 1.135.503            |  |
| Equip., máquinas e instrumentos       | 7,69             | 68.661.270           | (51.417.715)          | 17.243.555           | 7.125.517            |  |
| Instalações                           | 9,09             | 30.325.473           | (20.455.992)          | 9.869.481            | 11.205.402           |  |
| Móveis e utensílios                   | 10,00            | 12.266.834           | (8.662.778)           | 3.604.056            | 2.002.104            |  |
| Benfeitorias em bens de terceiros     | 5,88             | 14.085.626           | (11.296.674)          | 2.788.952            | 3.069.054            |  |
| Imobilizado em curso                  | -                | 72.311.593           | -                     | 72.311.593           | 3.298.062            |  |
| Almoxarifado de bens imobilizados     | -                | 7.978.011            | -                     | 7.978.011            | 7.841.576            |  |
|                                       |                  | <b>2.024.494.502</b> | <b>(861.201.434)</b>  | <b>1.163.293.068</b> | <b>1.114.847.924</b> |  |

**b) Movimentação do Imobilizado**

| Custo                                 | 2024                 | Adições           | Baixas             | Transferências | 2025                 |
|---------------------------------------|----------------------|-------------------|--------------------|----------------|----------------------|
| Terrenos                              | 45.909.816           | -                 | -                  | -              | 45.909.816           |
| Edificações, estações e depósitos     | 269.844.075          | -                 | -                  | -              | 269.844.075          |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) | 168.736.742          | -                 | -                  | -              | 168.736.742          |
| Via permanente                        | 604.946.676          | 999.441           | -                  | -              | 605.946.118          |
| Sistemas operacionais                 | 335.928.035          | 2.087.377         | -                  | -              | 338.529.591          |
| Veículos ferroviários/aeromóvel       | 370.057.116          | -                 | -                  | -              | 370.057.116          |
| Veículos rodoviários                  | 2.027.988            | 2.998.312         | -                  | 1.798.000      | 6.824.299            |
| Equip. processamento de dados         | 7.130.816            | 887.992           | (289.413)          | 5.288.546      | 13.017.941           |
| Equipamentos, máquinas e instrumentos | 59.827.193           | 11.275.411        | (2.441.334)        | -              | 68.661.270           |
| Instalações                           | 30.326.497           | 507.368           | (1.023)            | (507.368)      | 30.325.473           |
| Móveis e utensílios                   | 10.268.640           | 2.139.130         | (140.937)          | -              | 12.266.834           |
| Benfeitorias em bens de terceiros     | 14.085.626           | -                 | -                  | -              | 14.085.626           |
| Imobilizado em curso                  | 3.298.062            | 75.729.144        | -                  | (6.715.614)    | 72.311.593           |
| Almoxarifado de bens imobilizados     | 7.841.576            | -                 | -                  | 136.436        | 7.978.011            |
| <b>TOTAL CUSTO IMOBILIZADO</b>        | <b>1.930.228.854</b> | <b>96.624.175</b> | <b>(2.358.527)</b> | <b>-</b>       | <b>2.024.494.502</b> |

| Depreciação acumulada                 | 2024                 | Adições             | Baixas           | Transferências | 2025                 |
|---------------------------------------|----------------------|---------------------|------------------|----------------|----------------------|
| Edificações, estações e depósitos     | (95.346.623)         | (5.876.536)         | -                | -              | (101.223.159)        |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) | (85.087.590)         | (3.375.805)         | -                | -              | (88.463.395)         |
| Via permanente                        | (179.197.988)        | (12.283.391)        | -                | -              | (191.481.380)        |
| Sistemas operacionais                 | (193.134.900)        | (14.161.089)        | (12.687)         | -              | (207.308.676)        |
| Veículos ferroviários/aeromóvel       | (164.304.294)        | (8.854.756)         | -                | -              | (173.159.050)        |
| Veículos rodoviários                  | (1.208.344)          | (342.156)           | -                | -              | (1.550.500)          |
| Equip. processamento de dados         | (5.995.312)          | (474.304)           | 287.500          | -              | (6.182.116)          |
| Equip., máquinas e instrumentos       | (52.701.676)         | (1.177.116)         | 2.461.077        | -              | (51.417.715)         |
| Instalações                           | (19.121.095)         | (1.335.921)         | 1.023            | -              | (20.455.992)         |
| Móveis e utensílios                   | (8.266.536)          | (535.520)           | 139.278          | -              | (8.662.778)          |
| Benfeitorias em bens de terceiros     | (11.016.571)         | (280.102)           | -                | -              | (11.296.674)         |
| <b>TOTAL DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA</b> | <b>(815.380.930)</b> | <b>(48.696.695)</b> | <b>2.876.191</b> | <b>-</b>       | <b>(861.201.434)</b> |
| <b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>           | <b>1.114.847.924</b> | <b>47.927.480</b>   | <b>517.664</b>   | <b>-</b>       | <b>1.163.293.068</b> |

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) de acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o "custo atribuído", a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido. No exercício de 2025 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 3.296.350 referente à depreciação e no valor de R\$ 1.120.759 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 22.356.767 (R\$ 24.532.358 em 2024) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 12.089.382 (R\$ 13.210.141 em 2024).

d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas independentes contratados para esse fim, com base em laudo de avaliação emitido em 06 de fevereiro de 2026, não tendo sido identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment").

O teste de recuperabilidade foi conduzido em conformidade com a NBC TG 01 (CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos), considerando a identificação das respectivas Unidades Geradoras de Caixa (UGC), a apuração do valor depreciável dos ativos nos termos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e a revisão das vidas úteis remanescentes.

Na avaliação, também foram considerados os impactos decorrentes da enchente ocorrida em maio de 2024, bem como os investimentos realizados e em execução destinados à reconstrução e recomposição da infraestrutura operacional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 32.

|                                            | 2025                 |
|--------------------------------------------|----------------------|
| Ativos Imobilizados                        | 1.163.293.068        |
| Ativos Intangíveis                         | 1.763.925            |
| <b>Total dos Ativos Componentes da UGC</b> | <b>1.165.056.994</b> |
| <b>Valor Justo (*)</b>                     | <b>1.714.611.208</b> |

Redução ao Valor recuperável

(\*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é composto por todos os bens móveis e imóveis que compõe a UGC.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 194.671.058 em 2025 (R\$ 195.477.950 em 2024).

**15. INTANGÍVEL**

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "impairment" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TREN SURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do saldo

| Contas                           | Vida útil (anos) | 2025              |                       |                  | 2024             |  |
|----------------------------------|------------------|-------------------|-----------------------|------------------|------------------|--|
|                                  |                  | Custo Corrigido   | Amortização Acumulada | Valor líquido    | Valor líquido    |  |
| Direito de uso de imóveis        | Indefinida       | 1.374.204         | -                     | 1.374.204        | 1.374.204        |  |
| Direito de uso de telefones      | Indefinida       | 1.596             | -                     | 1.596            | 1.596            |  |
| Marcas e patentes                | 10               | 4.872             | (4.872)               | -                | -                |  |
| Softwares                        | 5                | 12.463.949        | (12.075.824)          | 388.125          | 390.365          |  |
| Outros dispendios de informática | 10               | 26.000            | (26.000)              | -                | -                |  |
|                                  |                  | <b>13.870.621</b> | <b>(12.106.695)</b>   | <b>1.763.925</b> | <b>1.766.165</b> |  |

**e) Movimentação do Intangível**

| Custo                                 | 2024                | Adições        | Baixas        | Transferências        | 2025                |
|---------------------------------------|---------------------|----------------|---------------|-----------------------|---------------------|
| Direito de uso de imóveis             | 1.374.204           | -              | -             | -                     | 1.374.204           |
| Direito de uso de telefones           | 1.596               | -              | -             | -                     | 1.596               |
| Marcas e Patentes                     | 4.872               | -              | -             | -                     | 4.872               |
| Softwares                             | 12.463.949          | -              | -             | -                     | 12.463.949          |
| Outros dispendios de informática      | 26.000              | -              | -             | -                     | 26.000              |
| <b>TOTAL CUSTO INTANGÍVEL</b>         | <b>13.870.621</b>   | <b>-</b>       | <b>-</b>      | <b>-</b>              | <b>13.870.621</b>   |
| <b>Amortização Acumulada</b>          | <b>2024</b>         | <b>Adições</b> | <b>Baixas</b> | <b>Transferências</b> | <b>2025</b>         |
| Marcas e Patentes                     | (4.872)             | -              | -             | -                     | (4.872)             |
| Softwares                             | (12.073.584)        | (2.240)        | -             | -                     | (12.075.824)        |
| Outros dispendios de informática      | (26.000)            | -              | -             | -                     | (26.000)            |
| <b>TOTAL DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA</b> | <b>(12.104.455)</b> | <b>(2.240)</b> | <b>-</b>      | <b>-</b>              | <b>(12.106.695)</b> |
| <b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>            | <b>1.766.165</b>    | <b>(2.240)</b> | <b>-</b>      | <b>-</b>              | <b>1.763.925</b>    |

Continua

Continuação



16. FORNECEDORES

|                       | 2025       | 2024      |
|-----------------------|------------|-----------|
| Obras em Andamento    | 14.758.623 | -         |
| Prestação de serviços | 13.061.327 | 2.038.508 |
| Energia Elétrica      | 4.915.496  | 2.512.312 |
| Gastos gerais         | 10.863.744 | 3.329.450 |
|                       | 43.599.190 | 7.880.270 |

A variação ocorrida no período decorre, principalmente, da restrição orçamentária ocorrida nos meses de novembro e dezembro/2025 bem como dos valores relativos às obras em andamento destinadas à reconstrução da empresa em decorrência da enchente ocorrida em maio de 2024.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES RECOLHER

a) Impostos e Taxas a recolher

|                                 | 2025      | 2024      |
|---------------------------------|-----------|-----------|
| IRRF s/ salários a recolher (a) | 4.969.541 | 4.684.082 |
| ICMS a recolher                 | 296.822   | 178.121   |
| ISS a recolher                  | 475.560   | 46.897    |
|                                 | 5.741.923 | 4.909.100 |

b) Contribuições sociais a recolher

|                                          | 2025      | 2024      |
|------------------------------------------|-----------|-----------|
| Contribuições Previdenciárias            | 140.645   | 1.638.349 |
| Pasep/Cofins a recolher                  | 132.579   | 98.758    |
| IRPJ/CSLL/PIS/COFINS a recolher          | 4.373.340 | 2.398.932 |
| INSS s/ prestação de serviços a recolher | 625.354   | 1.049.628 |
|                                          | 5.271.918 | 5.185.667 |

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

|                                      | 2025       | 2024       |
|--------------------------------------|------------|------------|
|                                      | Circulante | Circulante |
| Férias e Encargos                    | 19.093.705 | 17.724.449 |
| Promoção por antiguidade a pagar (a) | 15.032.271 | 12.502.588 |
| Outras Obrigações Trabalhistas       | 39.147     | 23.462     |
|                                      | 34.165.123 | 30.250.500 |

a) A variação ocorrida na rubrica de promoção por antiguidade a pagar, deve-se a inclusão dos valores relativos às progressões por antiguidade e merecimento devidos aos empregados no exercício de 2025.

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

|                                  | 2025      | 2024      |
|----------------------------------|-----------|-----------|
| Credores p/ Venda Créditos (a)   | 2.379.938 | 2.435.080 |
| Adiantamento ATP/ATM (b)         | 149.244   | 691.739   |
| Adiantamento Clientes Comerciais | 514.825   | 12.620    |
|                                  | 3.044.007 | 3.139.439 |

a) Refere-se a valores recebidos pela venda de créditos do cartão SIM pela TRENSURB para fazer frente às utilizações dos usuários deste cartão.

b) Refere-se a valores recebidos da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP) e da Associação dos Transportadores Inter Municipais Metropolitanos de Passageiros (ATM), para fazer frente ao pagamento das utilizações de usuários dos cartões TRI, TEU e SIM (VT/Passage Antecipado).

20. CREDORES POR CONVÊNIOS E DEPÓSITOS

|                               | 2025      | 2024    |
|-------------------------------|-----------|---------|
| Convênios SESI/SENAI          | 93.401    | 60.864  |
| Assistência Saúde (a)         | 808.828   | 652.186 |
| Credores Diversos             | 132.012   | 13.344  |
| Depósitos em moedas correntes | 47.765    | 47.765  |
|                               | 1.082.006 | 774.159 |

a) Compreende o valor da administração e prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar prestados pela operadora do convênio, no que tange apenas a despesa da TRENSURB.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A classificação de risco para fins de contingenciamento estabelecido pela companhia tem como referência principal os seguintes critérios:

Provável - Processos em fase de execução e processos com decisões de procedência total ou parcial dos pedidos, ainda que não tenha transitado em julgado;  
Possível - Processos em fase de instrução processual, em que não há sentença proferida;  
Remoto - Processos cuja última decisão seja favorável à Companhia e, conforme avaliação jurídica, apresentem probabilidade remota de perda.

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 141.756.854 (R\$ 136.601.375 em 2024).

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

|                              | 2025           | 2024           |
|------------------------------|----------------|----------------|
|                              | Não Circulante | Não Circulante |
| Saldo no início do exercício | 136.601.375    | 103.480.268    |
| (+) Provisão                 | 9.909.414      | 41.412.440     |
| (-) Reversão                 | -              | -              |
| (-) Pagamentos               | (9.385.977)    | (8.291.333)    |
| Saldo no final do exercício  | 137.124.812    | 136.601.375    |

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia e advogados externos, é considerada possível compõe-se de R\$ 34.157.104 (R\$ 16.901.092 em 2024).

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2025 e 2024 está composta como segue:

|                              | 2025           | 2024           |
|------------------------------|----------------|----------------|
|                              | Não Circulante | Não Circulante |
| Saldo no início do exercício | 12.133.399     | 7.077.897      |
| (+) Provisões                | 1.095.456      | 5.584.148      |
| (-) Reversões                | (14.885)       | (409.752)      |
| (-) Pagamentos               | (289.656)      | (118.894)      |
| Saldo Final Exercício        | 12.924.314     | 12.133.399     |

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível e totaliza R\$ 55.554.199 (R\$ 52.819.120 em 2024).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.059.666.941 está representado por 9.883.218.182 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

| Composição Acionária        |               | 2025    |  | 2024          |         |
|-----------------------------|---------------|---------|--|---------------|---------|
| Acionista                   | Quantidade    | %       |  | Quantidade    | %       |
| União Federal               | 9.874.758.896 | 99,9144 |  | 9.874.758.896 | 99,9144 |
| Estado do Rio Grande do Sul | 6.543.949     | 0,0662  |  | 6.543.949     | 0,0662  |
| Município de Porto Alegre   | 1.915.337     | 0,0194  |  | 1.915.337     | 0,0194  |
| Total                       | 9.883.218.182 | 100,00  |  | 9.883.218.182 | 100,00  |

23. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

Os recursos recebidos da União Federal decorrem do exercício das atribuições da Companhia no contexto do interesse público, conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social e descrito no Contexto Operacional, destinando-se à cobertura de custos operacionais, à realização de investimentos e à manutenção da continuidade da prestação do serviço público essencial.

a) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

O montante total de adiantamento para aumento de capital é de R\$ 128.813.999. Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social, classificados no Patrimônio Líquido, sem incidência de atualização monetária, observadas as disposições da norma SIAFI 021122 - Participações da União no Capital de empresas (Itens 2.3.7 e 2.3.8) e do CPC 39.

No exercício de 2025, foi recebido o valor de R\$ 96.725.292 em investimento em razão da calamidade pública ocorrida em maio/2024, desses R\$ 80.057.403 são recursos extraordinários, conforme nota explicativa nº 32.

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. Os montantes recebidos são utilizados para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido em 2025 foi de R\$ 323.952.260 (R\$ 290.184.426 em 2024) composto a seguir:

| Subvenção | LOA 2025    | EXTRAORDINÁRIO | 2024 LOA    | EXTRAORDINÁRIO |
|-----------|-------------|----------------|-------------|----------------|
| Pessoal   | 192.071.932 | -              | 155.265.203 | -              |
| Sentença  | 32.898.906  | -              | 18.459.601  | -              |
| Custeio   | 48.608.764  | 50.372.658     | 90.160.152  | 26.299.470     |
|           | 273.579.602 | 50.372.658     | 263.884.956 | 26.299.470     |

O valor de R\$ 50.372.658 foi recebido de forma extraordinária em razão da calamidade pública ocorrida, conforme nota explicativa nº 32.

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual- LOA 2026, nº 15.346 de 14 de janeiro, fixou a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2026 em R\$ 376.235.311. Deste valor, R\$ 115.291.154 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 260.994.157 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

|              | LOA/2026    | Recursos Próprios Fonte 1050 | Recursos Subvenção Fonte 1000 |
|--------------|-------------|------------------------------|-------------------------------|
| Pessoal      | 155.223.134 | -                            | 155.223.134                   |
| Sentença     | 26.881.273  | -                            | 26.881.273                    |
| Custeio      | 165.496.145 | 105.291.154                  | 60.204.991                    |
| Investimento | 28.634.759  | 10.000.000                   | 18.634.759                    |
|              | 376.235.311 | 115.291.154                  | 260.994.157                   |

24. RECEITA LÍQUIDA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia.

A prestação dos serviços de transporte urbano pela Companhia ocorre no contexto do interesse público, conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social e descrito no Contexto Operacional, estando a receita tarifária sujeita a políticas de modicidade tarifária e de universalização do acesso ao transporte público.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilheteira eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;

Continua

Continuação



|                                      | 2025               | 2024              |
|--------------------------------------|--------------------|-------------------|
| <b>RECEITA BRUTA</b>                 |                    |                   |
| Serviço de transporte metroviário    | 103.908.972        | 76.597.120        |
| Aluguéis, arrendamentos e concessões | 3.306.283          | 2.823.057         |
|                                      | <b>107.215.254</b> | <b>79.420.177</b> |
| Tributos sobre a receita bruta       | (869.557)          | (263.189)         |
|                                      | <b>(869.557)</b>   | <b>(263.189)</b>  |
| <b>RECEITA LÍQUIDA</b>               | <b>106.345.697</b> | <b>79.156.988</b> |

A variação da receita no período deve-se a retomada de passageiros no período de 2025, após calamidade pública ocorrida em maio/2024.

#### 25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Correspondem aos custos diretamente vinculados à operação e manutenção dos trens, para viabilizar a prestação contínua do serviço público essencial, desenvolvida pela Companhia no contexto do interesse público, conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social e descrito no Contexto Operacional, demonstrados de acordo com a sua natureza, a seguir:

|                               | 2025               | 2024               |
|-------------------------------|--------------------|--------------------|
| Pessoal e Encargos(a)         | 145.460.212        | 129.933.572        |
| Serviços de Terceiros(b)      | 111.784.779        | 84.529.926         |
| Consumo de Materiais(c)       | 19.684.130         | 10.556.109         |
| Energia de Tração             | 18.472.785         | 15.377.718         |
| Serviços de Utilidade Pública | 7.074.057          | 6.147.960          |
| Depreciação                   | 47.472.610         | 47.216.652         |
| Outros Custos                 | 138.409            | 734.018            |
|                               | <b>350.086.982</b> | <b>294.495.955</b> |

a) A variação ocorrida no grupo de pessoal e encargos decorre, principalmente, do dissídio 2025 e do maior volume de horas extras realizadas.

b) O acréscimo no grupo de serviços de terceiros deve-se, principalmente, aos serviços de manutenção da via permanente e predial, realizados para a reestruturação e retomada da operação em decorrência da calamidade pública ocorrida em maio de 2024.

c) A variação no consumo de materiais decorre, principalmente, do uso de materiais para manutenção da via permanente, em função da mesma calamidade pública.

#### 26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Correspondem às despesas administrativas necessárias ao funcionamento da Companhia e à gestão de suas atividades, para viabilizar o cumprimento de suas atribuições institucionais no contexto do interesse público, conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social e descrito no Contexto Operacional, demonstradas de acordo com a sua natureza, a seguir:

|                               | 2025              | 2024              |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal e Encargos (a)        | 73.609.537        | 69.770.680        |
| Serviços de Terceiros         | 12.043.775        | 11.292.878        |
| Consumo de Materiais          | 1.563.148         | 2.830.237         |
| Serviços de Utilidade Pública | 1.171.753         | 1.107.873         |
| Depreciação/ Amortização      | 1.226.325         | 1.413.738         |
| Outras Despesas               | 6.781.394         | 4.299.900         |
|                               | <b>96.395.932</b> | <b>90.715.306</b> |

(a) A variação na rubrica de pessoal e encargos decorreu da atualização dos valores de antiguidade devidos aos empregados conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

#### 27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base no regime do lucro real, nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto diferido também é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

##### Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

|                                                  | Imposto de Renda   |                     | Contribuição Social |                     |
|--------------------------------------------------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
|                                                  | 2025               | 2024                | 2025                | 2024                |
| <b>Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>         | <b>(7.988.201)</b> | <b>(53.367.891)</b> | <b>(7.988.201)</b>  | <b>(53.367.891)</b> |
| Adições / (Exclusões) permanentes                | 5.152.519          | 7.203.728           | 5.152.519           | 7.203.728           |
| Adições / (Exclusões) temporárias                | 5.096.635          | 40.176.188          | 5.096.635           | 40.176.188          |
| <b>Lucro Real</b>                                | <b>2.260.953</b>   | <b>(5.987.976)</b>  | <b>2.260.953</b>    | <b>(5.987.976)</b>  |
| (-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa 30%   | (678.286)          | -                   | (678.286)           | -                   |
| Alíquota - 9%                                    | -                  | -                   | 142.440             | -                   |
| Alíquota - 10%                                   | 134.267            | -                   | -                   | -                   |
| Alíquota - 15%                                   | 237.400            | -                   | -                   | -                   |
| <b>Total Imposto</b>                             | <b>371.666</b>     | -                   | <b>142.440</b>      | -                   |
| (-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador | (9.496)            | -                   | -                   | -                   |
| (-) Doações e incentivos                         | -                  | -                   | -                   | -                   |
| (-) Imposto Retido                               | -                  | -                   | -                   | -                   |
| <b>Total da despesa de IRPJ e CSLL</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>            | <b>-</b>            | <b>-</b>            |
| Valor do imposto pago no ano calendário          | 362.170            | 1.432.178           | 142.440             | 530.478             |

#### 28. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

##### a) Descrição Geral do Plano

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre atua como patrocinadora do Plano Trensurb Prev CD, CNPJ 2002.0005-65, o qual é administrado pela BB Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil e possui natureza

GOVERNO DO

MINISTÉRIO DAS  
CIDADESBRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

previdenciária estruturada sob a modalidade de Contribuição Definida - CD. Este plano de benefícios assegura aos seus participantes coberturas para aposentadoria programada, invalidez e pensão por morte, sendo que tais compromissos são garantidos pelo regime financeiro de capitalização mediante a manutenção de saldos de conta individuais acumulados em nome de cada beneficiário. Em 31 de dezembro de 2025, as provisões matemáticas totais do plano foram dimensionadas em R\$ 111.816.548,98, refletindo o montante necessário para a cobertura das obrigações previdenciárias apuradas na data de avaliação. É imperativo destacar que o regulamento do plano sofreu uma alteração estrutural relevante aprovada pela Portaria Previc nº 768, de 4.11.2020, o que resultou na transição para a modalidade de Contribuição Definida - CD tanto na fase de acumulação quanto na percepção dos benefícios. Tal mudança metodológica mitiga significativamente os riscos atuariais relacionados à biometria e à volatilidade do retorno dos investimentos para as novas concessões, de modo que o risco atuarial remanescente concentra-se exclusivamente no grupo de assistidos que possuem o direito a rendas vitalícias concedidas sob a modalidade de Benefício Definido - BD até 3.11.2020. Na presente avaliação de 2025, as provisões matemáticas referentes a este grupo de benefícios concedidos em regime de capitalização totalizaram R\$ 35.467.091,37, evidenciando o compromisso técnico com a manutenção dessas rendas vitalícias.

##### b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

| Premissas Atuariais                           | 2025            | 2024            |
|-----------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Taxa de Juros Atuarial                        | 4,25% a.a.      | 4,10% a.a.      |
| Taxa de Crescimento Salarial                  | Não Aplicável   | Não Aplicável   |
| Taxa de Rotatividade                          | Não Aplicável   | Não Aplicável   |
| Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano | INPC (IBGE)     | INPC (IBGE)     |
| Tábua de Mortalidade Válidos                  | AT - 2000 M e F | AT - 2000 M e F |
| Tábua de Mortalidade Invalídidos              | EX - IAPC       | EX - IAPC       |
| Tábua de Entrada em invalidez                 | Não Aplicável   | Não Aplicável   |

##### c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

| Ativos Líquidos                                                    | 2025               | 2024               |
|--------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Patrimônio - P</b>                                              | <b>110.754.506</b> | <b>94.992.052</b>  |
| <b>Provisões Matemáticas - Passivos Atuariais (Valor Presente)</b> | <b>111.816.549</b> | <b>95.255.554</b>  |
| <b>Benefícios Concedidos - A</b>                                   | <b>37.180.178</b>  | <b>36.986.280</b>  |
| <b>Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)</b>  | <b>1.693.087</b>   | <b>1.709.036</b>   |
| <b>Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)</b>     | <b>35.467.091</b>  | <b>35.277.241</b>  |
| <b>Benefícios a Conceder - B</b>                                   | <b>83.728.221</b>  | <b>67.161.475</b>  |
| <b>Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)</b>  | <b>83.728.221</b>  | <b>67.161.475</b>  |
| <b>Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)</b>     | <b>-</b>           | <b>-</b>           |
| <b>Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3</b>                       | <b>(9.071.850)</b> | <b>(8.892.201)</b> |
| <b>Patrocinadora - C1</b>                                          | <b>(3.952.955)</b> | <b>(3.654.808)</b> |
| <b>Participante - C2</b>                                           | <b>-</b>           | <b>-</b>           |
| <b>Assistidos - C3</b>                                             | <b>(5.118.895)</b> | <b>(5.237.393)</b> |
| <b>Total das Provisões - D = A + B + C</b>                         | <b>111.816.549</b> | <b>95.255.554</b>  |
| <b>Fundos - E</b>                                                  | <b>359.625</b>     | <b>3.093.105</b>   |
| <b>Superávit/Déficit Atuarial - F = P - D</b>                      | <b>(1.062.043)</b> | <b>(263.501)</b>   |
| <b>Valor do Ajuste de Precificação = G</b>                         | <b>2.078.327</b>   | <b>-</b>           |
| <b>Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G</b>                     | <b>1.016.284</b>   | <b>(263.501)</b>   |

No que tange à conciliação entre o valor presente das obrigações atuariais e o patrimônio de cobertura do Plano Trensurb Prev CD, os investimentos alcançaram uma rentabilidade anual de 12,51% no exercício de 2025, desempenho que representa 153% da meta atuarial estabelecida para o período, a qual foi fixada em 8,16% mediante a aplicação da variação do INPC acrescida de juros de 4,10% a. a. A duração do passivo, parâmetro que reflete o prazo médio ponderado dos fluxos de pagamentos de benefícios líquidos de contribuições, foi apurada em 6,5592 anos no encerramento de 2025, apurado conforme a metodologia estabelecida pela PREVIC.

Sob a ótica do resultado atuarial, o plano registrou um déficit técnico acumulado de R\$ 1.062.043,18 na posição de 31 de dezembro de 2025. No entanto, ao considerar o ajuste de precificação (definido como a diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento, calculados à taxa de juros real da avaliação, e o seu valor contábil) no montante de R\$ 2.078.326,75, o plano alcançou um equilíbrio técnico ajustado positivo de R\$ 1.016.283,57. Diante deste superávit ajustado, não se faz necessária a instituição de novos planos de equacionamento para o exercício vigente.

Relativamente aos passivos remanescentes, informa-se que o plano de equacionamento referente aos déficits dos exercícios de 2013 e 2014, estruturado com prazo de amortização de 127 meses e garantido por instrumento particular, teve sua vigência integralmente finalizada na competência de outubro de 2025, resultando na extinção da obrigação sem saldos residuais. Quanto ao déficit apurado no encerramento de 2022, este permaneceu sob análise da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), sendo que o início das respectivas contribuições extraordinárias permanece condicionado à manifestação formal desse órgão conforme os ditames da legislação vigente.

Os saldos dos déficits estão compostos conforme segue:

|                                     | 2025       |                  | 2024           |                  |
|-------------------------------------|------------|------------------|----------------|------------------|
|                                     | Circulante | Não Circulante   | Circulante     | Não Circulante   |
| Déficit 2013/2014 em equacionamento | -          | -                | 470.349        | -                |
| Déficit 2021/2022 a equacionar      | -          | 3.952.955        | -              | 3.654.808        |
|                                     | -          | <b>3.952.955</b> | <b>470.349</b> | <b>3.654.808</b> |

##### d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

A política adotada para o reconhecimento de ganhos e perdas atuariais estabelece que tais grandezas compreendem as variações decorrentes das divergências entre as premissas atuariais estabelecidas e a efetiva ocorrência dos eventos biométricos, demográficos e financeiros. Esses resultados são incorporados ao patrimônio do plano de benefícios por intermédio do reconhecimento de déficit ou superávit técnico. Na eventualidade de apuração de déficit técnico, procede-se ao equacionamento mediante a instituição de contribuições extraordinárias a serem vertidas pelos participantes, assistidos e pela patrocinadora, em estrita observância aos preceitos da Lei Complementar n.º 109/2001 e da Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018. Inversamente, o resultado superavitário é inicialmente reconhecido como reserva de contingência do plano, respeitando o limite do menor valor entre 25% das provisões matemáticas ou o limite calculado pela fórmula:  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$ . Os valores que excederem esse limite legal são alocados na reserva especial, a qual pode ser destinada à implementação de melhorias no plano de benefícios ou à revisão e desoneração do plano de custeio, sempre respeitadas as condições e ritos impostos pela legislação e normas regulamentares vigentes.

#### 29. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da Trensurb a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco à geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos riscos.

##### a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte. Com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não

Continua

Continuação



é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENSURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento e orçamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, sendo considerado em sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 194.671.058.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

30. SEGUROS

A TRENSURB mantém apólices de seguros destinadas à cobertura de riscos operacionais a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado do Centro de Controle Operacional e Veículos Especiais. Contudo, as coberturas contratadas não foram suficientes para absorver integralmente as perdas decorrentes dos impactos da enchente ocorrida em 2024. Em relação aos demais bens relevantes vinculados à operação, foi iniciado processo de revisão quanto à necessidade da contratação de seguros, visando ao aprimoramento da gestão de riscos patrimoniais. Ademais, a TRENSURB mantém seguro de responsabilidade civil contratado para os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da empresa e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no exercício de 2025 e 2024 foram:

| Parte Relacionada                                  | Contrato    | Valor      |                | Valores        |            | Valores    |  |
|----------------------------------------------------|-------------|------------|----------------|----------------|------------|------------|--|
|                                                    |             | Contratual | Recebidos 2025 | Recebidos 2024 | Pagos 2025 | Pagos 2024 |  |
| EBC - Empresa Brasileira de Comunicação            | 120.17/2015 | 1.750.000  | -              | -              | 163.028    | 159.544    |  |
| EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos | 120.17/17-1 | 30.000     | -              | -              | 2.114      | 966        |  |
| Total                                              |             | 1.780.000  | -              | -              | 165.142    | 160.510    |  |

| Administrador / Conselheiro               | Parte Relacionada                                       | 2025   | 2024   |
|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------|--------|
| Roberta Zanenga de Godoy Marchesi         | Conselheiro Independente                                | 34.307 | 37.665 |
| Maria José Duarte Gonçalves Ramos         | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos | -      | 23.628 |
| Mariana Moya de Oliveira                  | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos | 33.617 | 35.488 |
| Renato Boareto                            | Conselheiro Independente                                | 36.987 | 35.403 |
| Elisa de Oliveira Alves                   | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos | -      | 17.829 |
| Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho | Ministério das Cidades                                  | 33.447 | 35.226 |
| Pedro Luiz Costa Cavalcante               | Ministério da Economia                                  | 11.740 | -      |
| Paula Coelho da Nobrega                   | Ministério das Cidades                                  | 21.276 | -      |
| Jussara Kele Araujo Valadares             | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos | 18.670 | -      |
| Enzo Mayer Tessorolo                      | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos | 13.171 | -      |

32. IMPACTOS DA CALAMIDADE PÚBLICA OCORRIDA EM MAIO/2024

Conforme descrito na mensagem da administração, os desafios enfrentados nos anos recentes foram intensificados pelo evento climático extremo ocorrido em 2024, que impactou diretamente as operações da TRENSURB e exigiu respostas rápidas, coordenação interinstitucional e elevada capacidade técnica para garantir a segurança das pessoas e a recuperação da infraestrutura afetada.

Ao longo de 2025, a empresa concentrou esforços na reconstrução, recomposição dos sistemas e retomada gradual e segura das operações, priorizando o restabelecimento do serviço e o atendimento contínuo à população da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Para fazer frente aos efeitos da calamidade pública, a TRENSURB recebeu, por meio da Lei nº 14.962, de 5 de setembro de 2024, crédito extraordinário no montante de R\$ 164.366.000, sendo R\$ 49.309.800 destinados ao custeio e R\$ 115.056.200 a investimentos.

Ainda em 2024, adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.284, de 28 de dezembro de 2024, destinou R\$ 60 milhões a despesas de custeio.

Do total autorizado pela referida Lei, foram recebidos no exercício de 2025 recursos no valor de R\$ 137.430.061, dos quais R\$ 50.372.658 correspondem a subvenção para custeio e R\$ 80.057.403 referem-se a recursos destinados a investimentos para futuro aumento de capital, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 23.

33. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

| Remuneração     | Maior  | Menor  | Média  |
|-----------------|--------|--------|--------|
| Administradores | 35.197 | 28.059 | 31.464 |
| Empregados      | 56.351 | 2.911  | 13.077 |

Porto Alegre, 06 de Março de 2026.

NAZAR TELLES GARCIA  
Diretor Presidente

ERNANI DA SILVA FAGUNDES  
Diretor de Administração e Finanças (Interino)

JAIR BERNARDO CORREA  
Gerente de Orçamento e Finanças

TALITHA DA SILVEIRA MENDER DE SOUZA  
Contadora CRC/RS 090.987/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2025

Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da  
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB  
Porto Alegre/RS

Prezados(as) Senhores(as),

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Principais Assuntos de Auditoria – PAA's

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

3.1 Impactos da Calamidade Pública

Conforme nota explicativa nº 32, os desafios enfrentados nos anos recentes foram intensificados pelo evento climático extremo ocorrido em 2024, que impactou diretamente as operações da TRENSURB e exigiu respostas rápidas, coordenação interinstitucional e elevada capacidade técnica para garantir a segurança das pessoas e a recuperação da infraestrutura afetada.

Ao longo de 2025, a empresa concentrou esforços na reconstrução, recomposição dos sistemas e retomada gradual e segura das operações, priorizando o restabelecimento do serviço e o atendimento contínuo à população da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Para fazer frente aos efeitos da calamidade pública, a TRENSURB recebeu, por meio da Lei nº 14.962, de 5 de setembro de 2024, crédito extraordinário no montante de R\$ 164.366.000, sendo R\$ 49.309.800 destinados ao custeio e R\$ 115.056.200 a investimentos.

Ainda em 2024, adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.284, de 28 de dezembro de 2024, destinou R\$ 60 milhões a despesas de custeio.

Do total autorizado pela referida Lei, foram recebidos no exercício de 2025 recursos no valor de R\$ 137.430.061, dos quais R\$ 50.372.658 correspondem a subvenção para custeio e R\$ 80.057.403 referem-se a recursos destinados a investimentos para futuro aumento de capital, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 23.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação dos controles internos relevantes estabelecidos pela Administração para identificação, mensuração, contabilização e divulgação dos impactos decorrentes da calamidade pública e dos recursos recebidos por meio da Lei nº 14.962/2024 e da Medida Provisória nº 1.284/2024.

Avaliamos a conformidade do reconhecimento contábil das subvenções para custeio e dos recursos destinados a investimentos, inclusive quanto à adequada classificação entre resultado e patrimônio líquido (aumento de capital), bem como examinamos, por amostragem, a documentação suporte dos valores recebidos no exercício de 2025, confrontando-os com os instrumentos legais autorizativos, extratos bancários, registros contábeis e conciliações financeiras.

Realizamos testes substantivos sobre a aplicação dos recursos, incluindo a verificação da aderência às finalidades estabelecidas na legislação pertinente, a análise da natureza das despesas incorridas e sua adequada apropriação contábil. Também avaliamos as estimativas e julgamentos relevantes efetuados pela Administração relacionados à recomposição de ativos, eventuais perdas, recuperabilidade de ativos afetados e divulgações correspondentes nas notas explicativas.

Adicionalmente, examinamos a adequação e suficiência das divulgações constantes nas Notas Explicativas nº 23 e nº 32, considerando os requisitos das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades controladas pela União, bem como a consistência das informações apresentadas com as evidências obtidas no curso da auditoria.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que os critérios adotados pela Administração para reconhecimento, mensuração e divulgação dos impactos da calamidade pública e dos recursos extraordinários recebidos são consistentes com as práticas contábeis aplicáveis e estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

3.2 Impairment test

Conforme nota explicativa nº 14.d, a A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas independentes contratados para esse fim, com base em laudo de avaliação emitido em 06 de fevereiro de 2026, não tendo sido identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment").

O teste de recuperabilidade foi conduzido em conformidade com a NBC TG 01 (CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos), considerando a identificação das respectivas Unidades Geradoras de Caixa (UGC), a apuração do valor depreciável dos ativos nos termos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e a revisão das vidas úteis remanescentes.

Na avaliação, também foram considerados os impactos decorrentes da enchente ocorrida em maio de 2024, bem como os investimentos realizados e em execução destinados à reconstrução e recomposição da infraestrutura operacional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 32

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção de entendimento do processo adotado pela Administração para realização do teste de recuperabilidade dos ativos, bem como a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), à elaboração das premissas econômico-financeiras e à revisão das estimativas contábeis envolvidas.

Avaliamos a competência, a objetividade e a independência dos especialistas externos contratados pela

Continua

Continuação



GOVERNO DO  
MINISTÉRIO DAS  
CIDADES



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2025

Companhia, bem como a consistência metodológica do laudo de avaliação emitido em 06 de fevereiro de 2026. Analisamos a adequação do modelo utilizado para estimar o valor recuperável, verificando sua conformidade com os critérios estabelecidos na CPC 01 (NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Examinamos, de forma crítica, as principais premissas adotadas, considerando, inclusive, os impactos da enchente ocorrida em maio de 2024. Confrontamos tais premissas com informações históricas, orçamentos aprovados, planos de investimento e demais evidências disponíveis. Avaliamos, ainda, a adequação da determinação das vidas úteis remanescentes e do valor depreciável dos ativos, à luz do CPC 27 (NBC TG 27 – Ativo Imobilizado), bem como a consistência entre os valores contábeis utilizados no teste e os registros do ativo imobilizado. Adicionalmente, analisamos a sensibilidade das principais premissas utilizadas, com o objetivo de avaliar o grau de subjetividade envolvido e a razoabilidade da conclusão de que não há necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Por fim, verificamos a adequação e suficiência das divulgações constantes na Nota Explicativa nº 14.d, assegurando que refletem de forma apropriada os julgamentos significativos e as premissas relevantes utilizadas pela Administração no teste de recuperabilidade dos ativos.

### 3.3 Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme nota explicativa nº 21, a TREN SURB é parte envolvida em diversos processos de natureza cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas. Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. A Empresa possui contingências classificadas pelos seus assessores jurídicos como "prováveis perdas", para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 137.124.812 e para ações cíveis compõe-se de R\$ 12.924.314, para as quais são constituídas provisões contábeis. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito/perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

#### ✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção de entendimento do processo adotado pela Administração para identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e contingências judiciais, bem como a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados ao acompanhamento das demandas judiciais.

Obtivemos, junto à Administração e aos assessores jurídicos internos e externos, a relação detalhada dos processos judiciais em andamento, incluindo aqueles classificados como de perda provável, possível e remota. Circularizamos os assessores jurídicos responsáveis pelas causas relevantes, com o objetivo de confirmar a natureza das ações, o estágio processual, os valores envolvidos e a avaliação quanto à probabilidade de perda.

Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos exercidos pela Administração na constituição das provisões para ações trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis, confrontando as informações jurídicas recebidas com os registros contábeis, bem como testando, por amostragem, a base de cálculo das provisões reconhecidas. Também analisamos decisões judiciais recentes, acordos celebrados e movimentações processuais subsequentes à data-base, quando aplicável.

Examinamos a adequação do tratamento contábil adotado, considerando os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação estabelecidos no CPC 25 (NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), especialmente quanto à distinção entre provisões reconhecidas e contingências apenas divulgadas em notas explicativas.

Adicionalmente, avaliamos a adequação e suficiência das divulgações constantes na Nota Explicativa nº 21, incluindo a descrição da natureza das demandas, os valores provisionados, os principais riscos envolvidos e o grau de incerteza associado às estimativas.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que as provisões para demandas judiciais estão suportadas por documentação apropriada e que os critérios adotados pela Administração são consistentes com as práticas contábeis aplicáveis.

### 4. Outros assuntos

#### 4.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração, essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

#### 4.2. Relatório da Administração

A administração da TREN SURB é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou

### PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 01/2026

O Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN SURB, usando de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 51, inciso II, do Estatuto Social da TREN SURB, considerando: o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e, tendo como referência o Relatório da AUDIMEC - Auditores Independentes, emitido em 24 de fevereiro de 2026 e o Relatório da Auditoria Interna nº 482/2026 - Demonstrações Contábeis 2025, os quais são adotados, na íntegra, conclui que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31/12/2025, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas. Porto Alegre, 06 de março de 2026.

FAUSTO JOSE ARAUJO VIEIRA  
Conselheiro Fiscal

HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA  
Conselheiro Fiscal

PAULA COELHO DA NOBREGA  
Conselheira Fiscal

com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparente estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

#### 4.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria foi emitido sem modificação de opinião.

#### 5. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a TREN SURB continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a TREN SURB ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da TREN SURB são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### 6. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da TREN SURB.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a TREN SURB a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das eventuais constatações de deficiências significativas nos controles internos que venhamos a identificar durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 24 de fevereiro de 2026



AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira  
Contador - CRC/PE 010483/O-9  
Sócio Sênior - CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira  
Contador - CRC/PE 028157/O-2  
CNAI 474

### RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REC-0002/2026 09/03/2026

Para: AUDIN, CONFIS, DIRAF, DIROP, GAPRE, GECIN, GECOM, GEDEN, GEGOV, GEINF, GEJUR, GEMAN, GEOPE, GEORF, GEREH, GESAE, GESIS, GESUP, OUVUD, PRES, SECOP, SUDEC, SUDEX

Ref.: APROVA O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercício de 2025.

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN SURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do art. 35, inc. VII, do Estatuto Social da TREN SURB.

#### RESOLVE:

Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual de Administração e das contas da sua Diretoria Executiva constantes nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme processo administrativo SEI nº 0680/2025-71 e registro na Ata do CONSAD nº 611, item 1.2, de 6 de março de 2026, em consonância ao art. 132, inc. I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

#### Anexo:

Documento assinado eletronicamente por Mariana Moya de Oliveira  
Mariana Moya de Oliveira  
Presidente do Conselho de Administração

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICAÇÃO

EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA  
Responsável: MARCELO DE SOUSA DANTAS

16/03/2026 16:36:11 GMT-03:00 92757798000139  
43432271387



Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.